



**Relatório de Gestão
(Exercício 2008)**

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte (SR/DPF/RN)
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Decreto do Executivo nº 70.665, de 02.06.1972.
	Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal;
	Regimento Interno do DPF: Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006
	Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.
CNPJ	00.394.494/0036-66
Nome e código no SIAFI	Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Norte (200086)
Código da UJ titular do relatório	Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Norte (200086)
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.
Endereço completo da sede	R. Dr. Lauro Pinto,155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250. Telefone: (084) 3204-5500 / 3204-5509, Fax: (084) 3204-5661
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.
Função de governo predominante	Segurança Pública.
Tipo de atividade	Policial.
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Primária: 200086
	Tesouro: 200394
	Funapol: 200395

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1. NORMAS DE ATUAÇÃO

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal norteiam ainda a atuação da Instituição as seguintes normas:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981 (Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);

- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.825, de 13 de outubro de 2006 (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

2.1.2. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.2.1. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo

por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

2.1.2.1.1. Controle Migratório:

Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2.1.2.1.2. Controle de Armas

A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

2.1.2.1.3. Controle de Segurança Privada

Atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

2.1.2.1.4. Controle de Precursores Químicos

Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

2.1.2.1.5. Segurança de Dignitários

A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.1.6. Controle de Identificação Criminal e Civil

A coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.1.7. Controle do Patrimônio da União

Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).

2.1.2.1.8. Estatística Criminal

A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

2.1.2.1.9. Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União

Atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

2.1.2.1.10. Controle de Conflitos Fundiários

Acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (Estrutura do MJ).

2.1.2.1.11. Representação Externa

A cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.1.12. Apoio técnico a Estados e Distrito Federal

A prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.2. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

No tocante às atribuições de POLÍCIA JUDICIÁRIA, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 44 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

2.1.2.2.1. Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Contra o patrimônio arqueológico
2	Crimes na exploração de energia nuclear
3	Praticado contra o meio ambiente
4	Crimes falimentares
5	De representação caluniosa por improbidade administrativa
6	De responsabilidade contra o meio circulante
7	De trânsito
8	Praticado com abuso de autoridade
9	Praticado com abuso do poder econômico
10	Praticado contra a criança e adolescente
11	Praticado contra a economia popular
12	Praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	Praticado contra a ordem econômica
14	Praticado contra a ordem tributária
15	Praticado contra a propriedade industrial
16	Praticado contra a propriedade intelectual
17	Praticado contra as normas de licitações
18	Praticado contra as normas de locação
19	Praticado contra as relações de consumo
20	Praticado contra criança e adolescente

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
21	Praticado contra o mercado de capitais
22	Praticado contra o sigilo bancário
23	Praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	Praticado contra o sistema financeiro nacional
25	Praticado para lavagem de dinheiro
26	Praticado por organização criminosa
27	Crimes previdenciários
28	De desvio de crédito e financiamento
29	De interceptação de comunicações
30	Praticado contra a administração da justiça
31	Praticado contra o serviço de radiodifusão
32	Praticado contra os serviços de telecomunicações
33	Praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2.1.2.2.2. Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Crimes eleitorais
2	De deserção e engajamento
3	De discriminação
4	De genocídio
5	De responsabilidade
6	De tortura
7	De tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	Praticado contra a liberdade de imprensa
9	Praticado contra a organização do trabalho
10	Praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	Praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	Praticados contra os índios
13	Relacionados com arma de fogo
14	Praticado contra a reforma agrária
15	Praticado contra a biosegurança
16	Praticado contra os direitos humanos
17	De terrorismo

2.1.2.2.3. Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

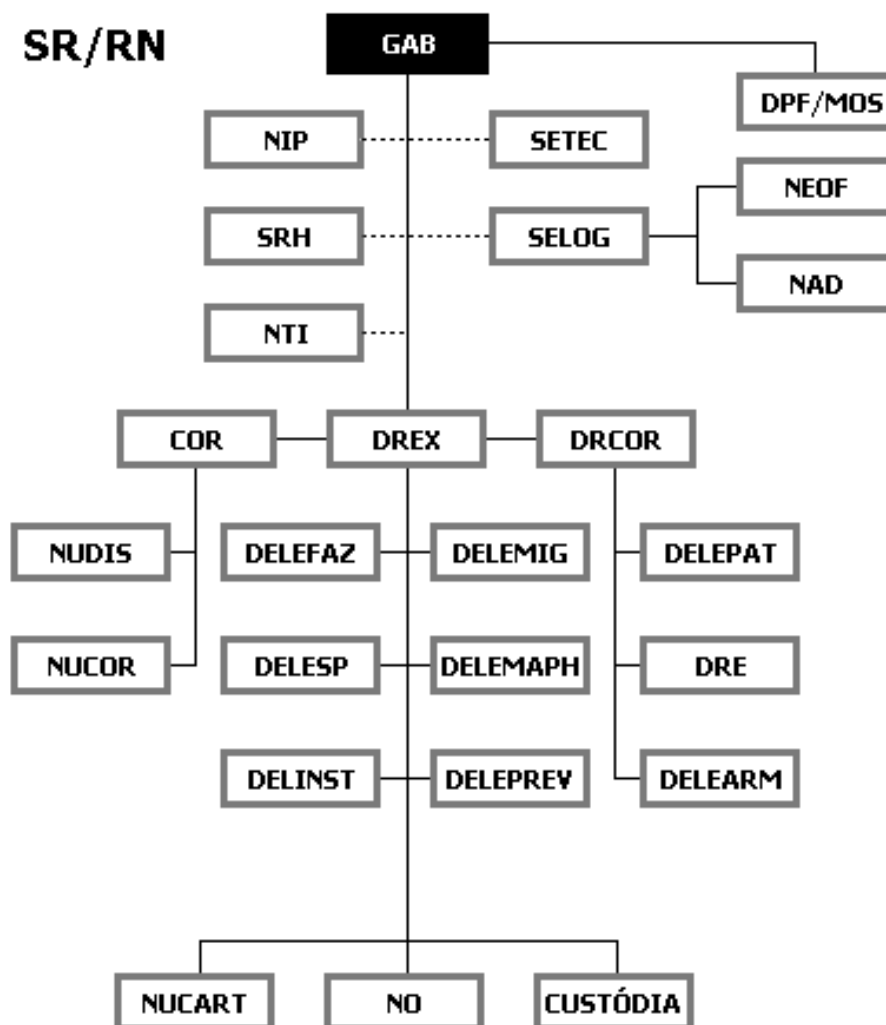
SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2.3. PAPEL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações do DPF no Estado do Rio Grande do Norte, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, quanto na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- 2.1.2.3.1.** Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte;
- 2.1.2.3.2.** Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no município de Mossoró-RN (DPF/MOS/RN), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- 2.1.2.3.3.** Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, no Estado do Rio Grande do Norte, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- 2.1.2.3.4.** Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no Estado do Rio Grande do Norte;
- 2.1.2.3.5.** Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no Estado do Rio Grande do Norte;
- 2.1.2.3.6.** Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – SR/DPF/RN



2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, que são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, e que aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008.

O planejamento e a execução das operações são desenvolvidos obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais, sendo priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública e com outras áreas de governo (Receita Federal, Forças Armadas, INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF, MINISTÉRIO DO TRABALHO), notadamente no campo da inteligência policial.

2.2.1. ESTRATÉGIA NACIONAL DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008), sendo que a Polícia Federal está inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09: “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. A Polícia Federal contribui para a superação do desafio denominado “Brasil sem violência”, uma das metas do plano de governo, tendo como pontos de atuação os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, que fornece complemento na sustentação financeira das políticas estaduais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios, as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

2.2.1.1. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES:

- Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
- Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
- Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
- Implementação de programas de integração das polícias;
- Adoção do policiamento comunitário;
- Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
- Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
- Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
- Combate à impunidade;
- Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

2.2.1.2. Implementar uma nova gestão pública ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES:

- Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
- Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
- Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
- Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;

- Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
- Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
- Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
- Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
- Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
- Combate à impunidade.

2.2.1.3. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

- Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
- Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
- Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

2.3. PROGRAMAS

Convém esclarecer que a SR/DPF/RN não é gestora ou coordenadora de qualquer dos programas ou ações aqui relacionados, cabendo tão somente sua execução em nível regional, após a descentralização dos créditos orçamentários.

2.3.1. PROGRAMA 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

Dados Gerais do Programa (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Objetivos Específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita (Unidade Central)
Gerente executivo	Paulo Martins Beltrão Filho (Unidade Central)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita (Unidade Central)
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores de desempenho para o programa.
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.1.1.1. Ação 1778 – Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a Polícia Federal de sistemas de informação e de modernas ferramentas de tecnologia da informação, visando maior agilidade na troca de informações e eficácia nas operações policiais.
Descrição	Reestruturação e desenvolvimento de sistemas de informação e de telecomunicações; contratação de consultorias e de estudos; aquisição de equipamentos e de tecnologias aplicáveis à atuação policial.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Promover a continuidade do processo de modernização do Departamento de Polícia Federal, por meio de acordo técnico internacional e financiamento externo para aquisição de equipamentos, modelagem de redes informatizadas, contratação de consultorias especializadas, treinamento de pessoal para o manuseio correto do sistema, dentre outros. Promover a continuidade do processo de modernização do Departamento de Polícia Federal, por meio de acordo técnico internacional e financiamento externo para aquisição de equipamentos, modelagem de redes informatizadas, contratação de consultorias especializadas, treinamento de pessoal para o manuseio correto do sistema, dentre outros.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	54.216.000,00	54.215.996,00	100,00%
Física	13,000	6,905	53,12%

2.3.1.1.2. Ação 1899 – Reaparelhamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Projeto
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Diretoria Técnico-Científica, o Instituto Nacional de Criminalística e Setores Técnico-Científicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar banco de dados, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto. Implementar os projetos Pró-Amazônia e Promotec, executados em cumprimento ao Acordo celebrado entre o Brasil e a França, com financiamento externo oriundo de acordos celebrados com bancos franceses e alemães.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	56.740.000,00	50.335.868,00	88,75%
Física	11,000	0,808	7,35%

2.3.1.1.3. Ação 8600 – Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e atualizar os equipamentos, sistemas e instalações adquiridos por meio do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.
Descrição	Atualização, substituição e/ou modernização dos equipamentos adquiridos e dos sistemas implantados, no âmbito do Projeto PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, referente aos seguimentos de Identificação, Criminalística, Transporte, Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros, bem como adequação dos laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos, de modo que haja uma contínua manutenção e atualização tecnológica do Departamento de Polícia Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Davi Gomes de Oliveira
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com as Diretorias que demandam equipamentos a serem supridos com recursos do projeto.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar as necessidades das unidades técnico-científicas da Polícia Federal, bem como de outras unidades em condições de receber equipamentos adquiridos pelo projeto, conhecer das normas aplicáveis, buscar as ferramentas tecnológicas e equipamentos adequados e promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	400.000,00	240.426,00	60,11%
Física	2,000	0,000	0,00%

2.3.1.1.4. Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades da Polícia Federal

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Projeto
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolinni Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para adequação de suas instalações prediais.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	8.800.000,00	8.499.521,00	96,59%
Física	7,000	1.842,985	26.328,36%

2.3.1.1.5. Ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do DPF

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (na UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para construção de novas sedes com valores orçamentos até o patamar de R\$ 20.000.000,00.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	10.050.000,00	7.687.238,00	76,49%
Física	5,000	33,886	677,72%

2.3.2. PROGRAMA 0662 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados

aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, parte considerável está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

Dados Gerais do Programa (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes (Unidade Central)
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita (Unidade Central)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

2.3.2.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.2.1.1. Ação 2712 – Treinamento de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Descrição	Formação e o aperfeiçoamento de policiais federais e servidores administrativos para atender as necessidades de pessoal do Departamento da Polícia Federal; formação de policiais de outras entidades congêneres e do sistema de justiça criminal; formação e treinamento que visem aprimorar as técnicas de combate ao crime no âmbito da Polícia Federal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Anísio Soares Vieira
Unidades executoras	200340 e 200341
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária e gestão administrativa.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	22.926.678,00	13.950.785,00	60,85%
Física	1.500,000	9.769,000	651,27%

2.3.2.1.2. Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorens de Azevedo
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	10.000.000,00	6.779.876,00	67,80%
Física	750,000	1.223,000	163,07%

2.3.2.1.3. Ação 4679 – Serviço de Proteção a Depoente Especial

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer e implantar estrutura logística capaz de atender às necessidades de proteção ao depoente especial, garantindo sua integridade física e de seus familiares.

Descrição	Implementação de ações junto ao Ministério da Justiça no sentido do aperfeiçoamento dos serviços de proteção a depoentes especiais; realização de ações de proteção a depoentes não atendidos pelo programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, da Presidência da República, que poderão demandar despesas, como a reforma e ampliação de bases operacionais passíveis de serem utilizadas para esse fim; locação de imóveis; aquisição de passagens; custeio de deslocamento policial, alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica, dentre outras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Carolina Thais Patriota da Silva Martins
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Direitos Humanos em articulação com as Delegacias responsáveis por investigações onde testemunhas estejam na condição de depoente especial.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas aos direitos humanos, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	600.000,00	239.897,00	39,98%
Física	20,000	162,000	810,00%

2.3.2.1.4. Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Rômulo Berrêdo
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, ver outras
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	126.178.022,00	121.019.133,00	95,91%
Física	3.175,000	445,000	14,02%

2.3.2.1.5. Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Divisão de Produtos Químicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	15.825.757,00	12.014.921,00	75,92%
Física	32.000,000	37.374,000	116,79%

2.3.2.1.6. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público. Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Teixeira Antuña
Unidades executoras	200340 e 200341
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública, demais Diretorias das Unidades Centrais e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	1.500.000,00	1.359.861,00	90,66%
Física	3.000,000	759,000	25,30%

2.3.2.1.7. Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional

Dados Gerais da Ação (conforme informado pelo Órgão Central)

Tipo	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Gilse Aparecida Landgraf

Unidades executoras	200340 e 200341
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria Executiva, Diretoria de Logística em coordenação com a Divisão de Passaportes.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento da atividade e normas sobre passaporte, imigração e emigração, bem assim de gestão administrativa.

Metas e Resultados da Ação no Exercício (conforme informado pelo Órgão Central)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	55.549.567,00	55.549.355,00	100,00%
Física	1.500.000,000	1.358.653,000	90,58%

2.3.3. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Além dos programas mencionados acima, esta Unidade executa orçamento no Programa 0750 (Apoio Administrativo), cujo detalhamento não foi disponibilizado pela Unidade Central do DPF. Os relatórios informados contêm os seguintes dados:

Ação 2000 – Administração da Unidade

UG EXECUTORA	DESpesas LIQUIDADAS	DESP EXEC POR INSCRIÇÃO EM RP	TOTAL
200394	4.518.645,23	445.201,40	4.963.846,63
200395	6.975,32	-----	6.975,32

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Polícia Federal, por ser uma Instituição de âmbito Nacional, tem suas ações (e conseqüentes resultados) realizadas de forma integrada. Na maioria dos trabalhos, há atuação de setores ligados às unidades centrais e setores ligados às unidades descentralizadas, como é o caso desta Superintendência.

Sendo assim, os resultados operacionais a seguir demonstrados são fruto dessa atuação integrada, quase sempre coordenada pelas unidades centrais, com aplicação de recursos descentralizados pelos órgãos centrais e atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal.

Nesse contexto, embora desejável para uma adequada avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Polícia Federal, não se vislumbra a viabilidade técnica da ligação direta e objetiva do resultado operacional a determinado programa ou ação, uma vez que os recursos financeiros aplicados, na grande maioria das ações do DPF, são de um e de outro programa.

2.4.1. PRINCIPAIS OPERAÇÕES POLICIAIS DESENCADEADAS

NOME DA OPERAÇÃO	RESUMO/OBJETIVO	RESULTADO
SERIDÓ	Operação destinada à repressão ao tráfico ilícito de drogas no Rio Grande do Norte.	Várias apreensões e prisões em flagrante em várias localidades do Rio Grande do Norte. Desarticulação de quadrilha de traficantes.
BUIUÇU	Operação destinada à repressão ao tráfico ilícito de drogas em Fortaleza/CE, com apoio da SR/DPF/RN para alvos sediados no Rio Grande do Norte.	<ul style="list-style-type: none"> - 30 Kg de maconha apreendidos. - Duas prisões em flagrante. - Efetivo apoio à SR/DPF/CE.
LIMÃO-BRAVO	Averiguar as informações repassadas por nossa congêneres no Estado de Pernambuco, as quais davam conta de que uma quadrilha estava se articulando no sentido de realizar assalto a uma agência bancária no Rio Grande do Norte, e para isso contava com algumas armas a sua disposição.	Prisão de 02 indivíduos e apreensão de cerca de 20,495 kg de maconha; 02 celulares e um veículo.
VIA LÁCTEA	Operação iniciada para reprimir assalto a banco.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)
TRF	Apurar a autoria de roubo tendo como vítima, entre outras pessoas, um desembargador, o qual teve subtraído um aparelho celular pertencente ao TRF da 5ª Região.	Instaurado IPL, aparelho celular recuperado; Prisão de dois indivíduos.
VITÓRIA	Repressão ao tráfico de drogas na região de Mossoró/RN	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)
M	Apurar eventual prática de violação de sigilo funcional.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)

NOME DA OPERAÇÃO	RESUMO/OBJETIVO	RESULTADO
RIO GRANDE	Iniciada para investigar crimes na área ambiental.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)
HÍGIA	<p>A Operação Hígia teve sua origem na Operação União. Seu objetivo foi a investigação e desarticulação de quadrilha responsável por promover o desvio de verba pública por meio de fraude a certame licitatório e dispensa indevida de licitação, que resultaram na celebração de contratos de higienização hospitalar e locação de mão-de-obra para o SAMU METROPOLITANO e FARMÁCIA POPULAR, bem como, celebração de aditivos dos referidos contratos, promovidos a partir de corrupção de agentes públicos e tráfico de influência.</p>	<p>- Em um dos Pregões, estima-se que se passou a evitar um desvio de verba pública no total de R\$ 400.000,00 mensais.</p> <p>- No segundo Pregão estima-se um prejuízo financeiro na ordem de R\$ 1.084.376,99 (um milhão, oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), representando 51,3 % do total executado de R\$ 2.114.581,70, compreendendo o período de 01.06.2006 a 30.06.2008. E quando acrescido da multa de R\$ 68.922,88, importará um montante de R\$ 1.153.299,87.</p> <p>- No terceiro Pregão constatou-se prejuízo, no mês de março de 2008, de R\$ 62.866,65 (sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), o que representa 23,18% do valor mensal contratado de.</p> <p>OUTROS DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 39 mandados de busca e apreensão; - 13 de prisão temporária. - Constituição de força-tarefa com a CGU e a RFB; - Produzidos 47 apensos de inquéritos decorrentes da análise do material apreendido; - Veículos Apreendidos totalizando aproximadamente R\$ 1.204.353,00, conforme avaliação dos laudos periciais.
MOPEBU	Operação destinada à repressão ao tráfico ilícito de drogas no Rio Grande do Norte, iniciada em razão de solicitação do Ministério Público de São José do Mipibu/RN.	Após três meses de investigação as informações não se confirmaram, pelo que foi encerrada.
PIRANHAS	Esta operação iniciou-se com intuito de investigar informações que davam conta de um provável grupo criminoso atuando em mais de um Estado da Federação (São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte), direcionado ao roubo de cargas, tráfico de entorpecentes, provável envolvimento em crimes de pistolagem, dentre outros.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)

NOME DA OPERAÇÃO	RESUMO/OBJETIVO	RESULTADO
CABUGI	Investigar possível bando criminoso que planejava roubar a agência bancária na cidade de Lajes/RN.	<ul style="list-style-type: none"> - Confronto, em razão de reação, entre oito assaltantes fortemente armados e policiais militares do BOPE, resultando na morte dos assaltantes, bem como na prisão de um integrante da quadrilha. -- Apreensão: 03 espingardas calibre 12, 02 fuzis calibre 556, 01 fuzil calibre 7 mm, 01 fuzil calibre 7,62, 01 pistola calibre .380, 01 pistola .40; 03 pistolas calibre 9 mm, 01 granada ofensiva, cerca de 814 cartuchos intactos de diversos calibres.
PAULICÉIA	Desarticular grupos criminosos que traficavam drogas entre os estados do Rio Grande do Norte, São Paulo e Rondônia.	<ul style="list-style-type: none"> - 28 presos; - apreensões: <ul style="list-style-type: none"> - 12 carros; - 3 motos; - 43,5Kg de maconha; - 38,5Kg de crack; - 12,3Kg de pasta-base; - 10,3Kg de cocaína; - R\$ 240.000,00 em dinheiro; <p>Cumpridos 11 Mandados de Busca e Apreensão e 7 Mandados de Prisão Preventiva.</p>
CARROSSEL II NO RN	Operação comandada pela CGPFAZ (URCC) e CGDI para reprimir a divulgação de imagens pornográficas envolvendo crianças e adolescentes.	<ul style="list-style-type: none"> - 5 Mandados de busca e apreensão; - 1 prisão em flagrante; - apreendidos 2 computadores; - Cds e Dvds, com imagens de pedofilia.
ILHA DO LAGO	Repressão ao tráfico de drogas na região de Mossoró/RN.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)
PROMETHEUS	Investigar uma quadrilha de assaltantes que atua na região metropolitana de Natal.	Encerrada (atingiu parcialmente o objetivo)
GARANTIA	Operação realizada pela DELINST, visando a garantia e tranquilidade do pleito eleitoral, mediante o envio de policiais ao interior do estado dez dias antes do dia da eleição.	<ul style="list-style-type: none"> - Foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão; - Foram detidas e autuadas 30 pessoas pela prática de crimes eleitorais; - Foram instaurados 25 procedimentos (IPLs e TCOs); - Foram apreendidos materiais de propaganda eleitoral, equipamentos de transmissão e informática, cestas básicas, veículos, diversos documentos e dinheiro.

NOME DA OPERAÇÃO	RESUMO/OBJETIVO	RESULTADO
ESCAMBO	Desarticular grupo criminoso que mantinha instituição financeira clandestina realizava evasão de divisas e promovia a lavagem de dinheiro dos produtos desses crimes.	<p>IMPACTO NO MERCADO ILLEGAL DE CÂMBIO E LAVAGEM DE DINHEIRO:</p> <p>1. Estima-se que fluiu aproximadamente R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) paralelamente ao mercado financeiro lícito. Valor estimado pela Receita Federal do Brasil como provável montante sonegado;</p> <p>2. Foi possível detectar e estancar o denominado “sistema de re-colonização do Brasil”, isto é, estrangeiros investem em imóveis e empreendimentos no Rio Grande do Norte, vendem ou locam seus bens ou serviços para estrangeiros e recebem as vantagens dessas atividades fora do país.</p> <p>OUTROS DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 29 Mandados de Busca e Apreensão; - 8 pessoas presas preventivamente; - 62 itens de apreensão de pedras preciosas e semi-preciosas; - US\$ 99.614,33; - €\$ 319.947,80; - R\$193.346,00; - 38 equipamentos de informática; - Formação de força-tarefa com a Receita Federal do Brasil.
CHUVA DE BALAS	Operação realizada pela DELESP/SR/DPF/RN, na região de Mossoró/RN, em cumprimento a 03 Mandados de Busca e Apreensão, destinados à repressão de prestação de serviços irregulares de segurança privada.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização da região da necessidade de regularizar as atividades de segurança privada. - 05 armas de fogo; 2.000 munições;
VARREDURA	Operação na área de fiscalização de segurança privada realizada nas regiões da SR/DPF/RN e Mossoró, juntamente com equipes policiais dos outros Estados da Federação.	<p>Fiscalização do serviço de segurança privada em 43 estabelecimentos comerciais e na Micareta Carnatal. Apreensão de 03 armas de fogo e 24 munições; encerramento de atividades de 08 empresas clandestinas em Natal/RN e 01 empresa clandestina em Mossoró/RN;</p> <p>Conscientização sobre a necessidade de regularizar as atividades de segurança privada.</p>

2.4.2. PRINCIPAIS INDICADORES DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral, a SR/DPF/RN intensificou e aprimorou suas atividades, implementando políticas de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de despesas.

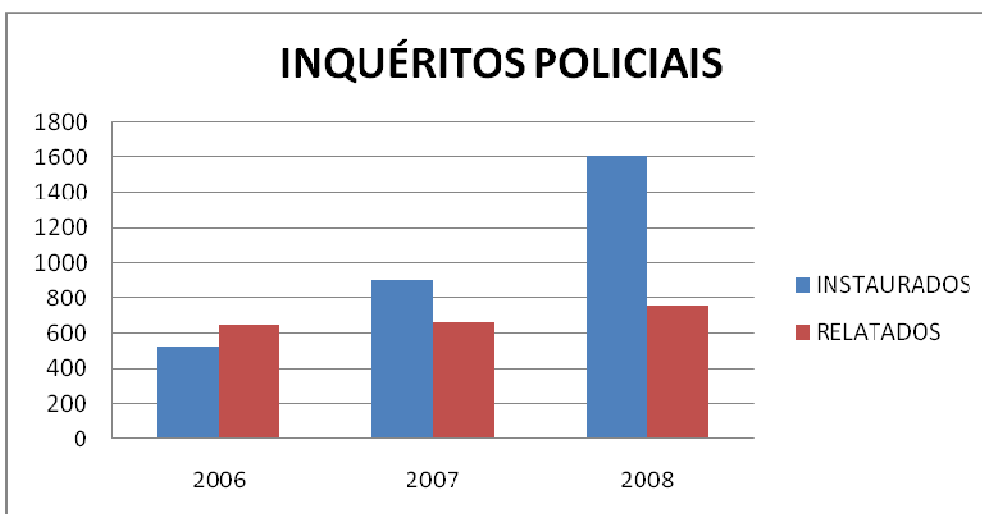
O ano de 2008 foi marcado pelo crescimento da arrecadação, do número de procedimentos e operações policiais, bem como pela melhoria das condições de trabalho.

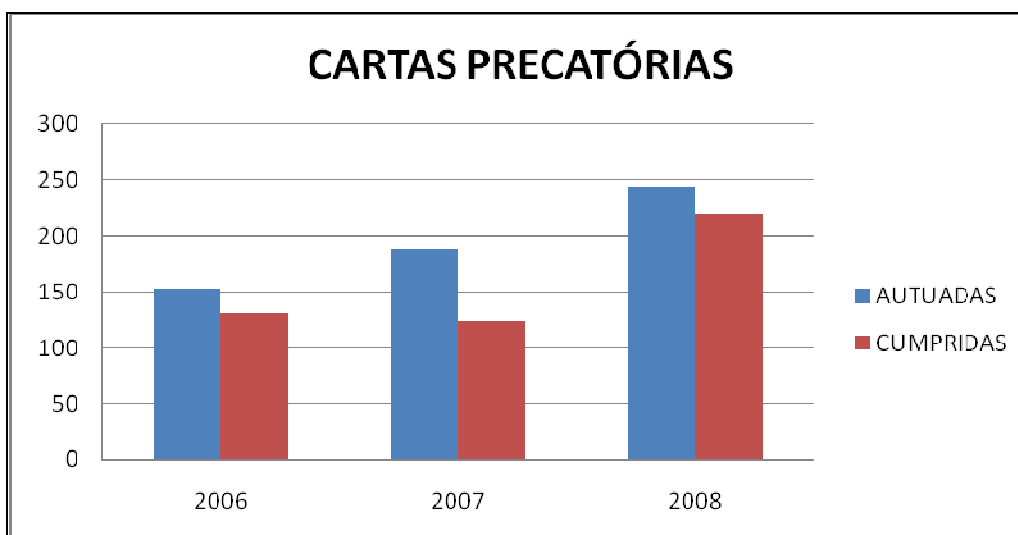
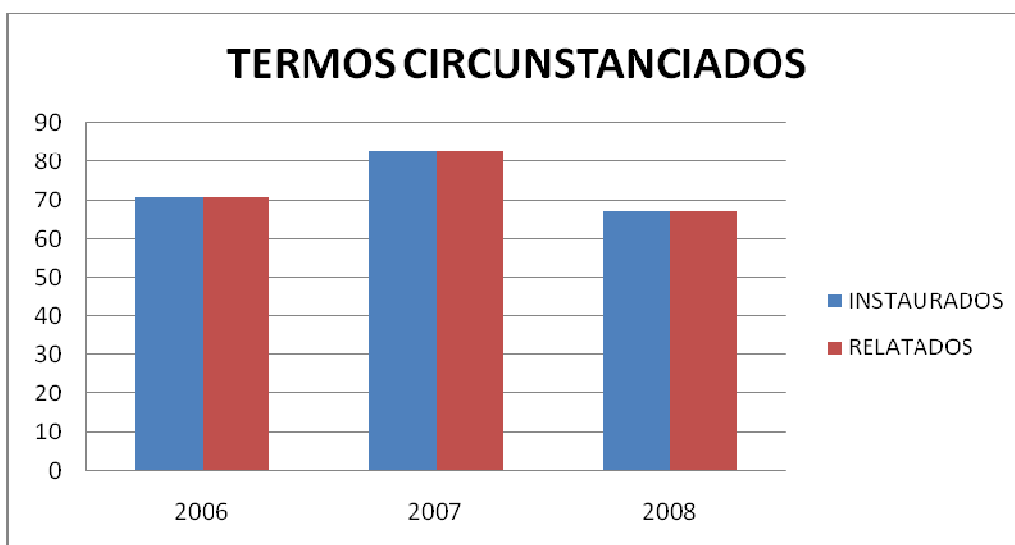
Assim sendo, foi possível tabular os seguintes indicadores de desempenho:

2.4.2.1. ÍNDICES DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Inquéritos Policiais Instaurados	525	909	1608
Inquéritos Policiais Relatados	649	664	755
TCOs Instaurados	71	83	67
TCOs Relatados	71	83	67
Precatórias Autuadas	153	189	244
Precatórias Cumpridas	131	124	220

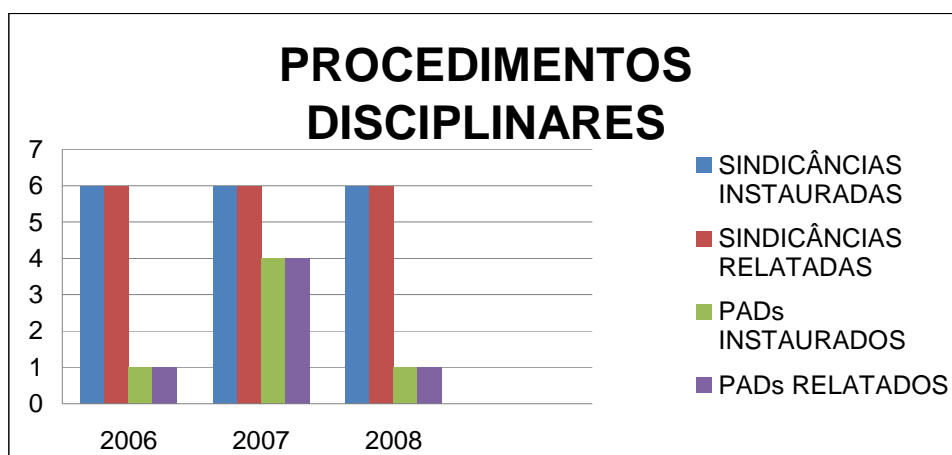
A partir de tais dados, percebe-se o quanto a demanda da SR/DPF/RN aumentou nos últimos 2 (dois) anos. A quantidade de procedimentos policiais instaurados triplicou em relação ao ano de 2006.





2.4.2.2. ÍNDICES DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

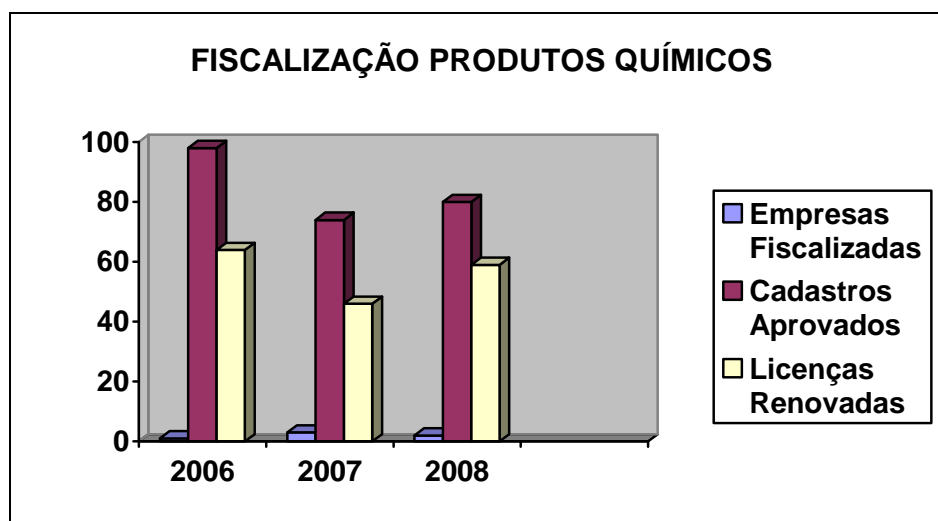
INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Sindicâncias Instauradas	06	06	06
Sindicâncias Relatadas	06	06	06
PADs Instaurados	01	04	01
PADs Relatados	01	04	01

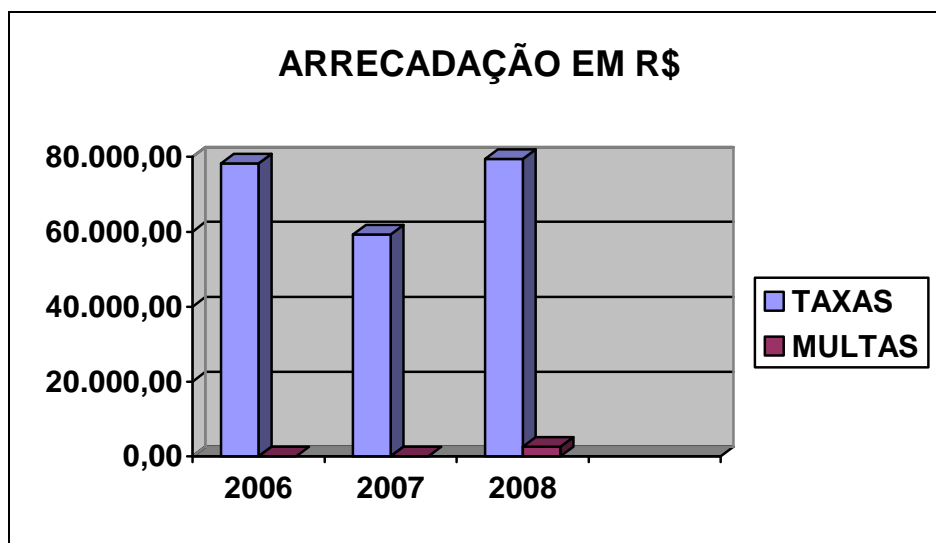


2.4.2.3. ÍNDICES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Empresas Fiscalizadas	01	03	02
Cadastros Aprovados	98	74	80
Licenças Renovadas	64	46	59
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	78.200,00	59.200,00	79.400,00
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	-	-	2.600,00

Em razão das características do Estado do Rio Grande do Norte, não se verificou no período a emissão de autorizações prévias na importação e exportação, de autorizações especiais, como também não foi necessário realizar apreensões de produtos químicos.





2.4.2.4. ÍNDICES DE APREENSÃO DE DROGAS ILÍCITAS

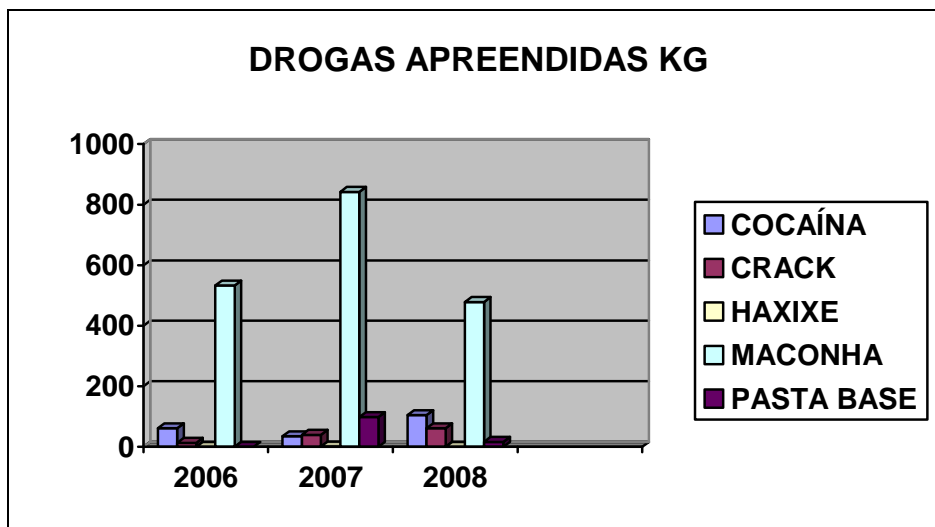
2.4.2.4.1. DROGAS ILÍCITAS APREENDIDAS POR KG

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Cocaína (Kg)	61,485	34,640	104,374
Crack (Kg)	13,339	40,266	61,489
Haxixe (Kg)	-	0,990	-
Maconha (Kg)	532,430	841,845	478,386
Pasta Base (Kg)	-	98,275	16,496

Não houve apreensões de Merla nos anos de 2006 a 2008, em razão da espécie da droga e das características dos consumidores no Rio Grande do Norte.

A queda significativa das apreensões de maconha do ano de 2007 para 2008 decorre de novo direcionamento de investigações, em razão do crescente número de ocorrências envolvendo o tráfico internacional de drogas por intermédio do Aeroporto Internacional Augusto Severo em Natal.

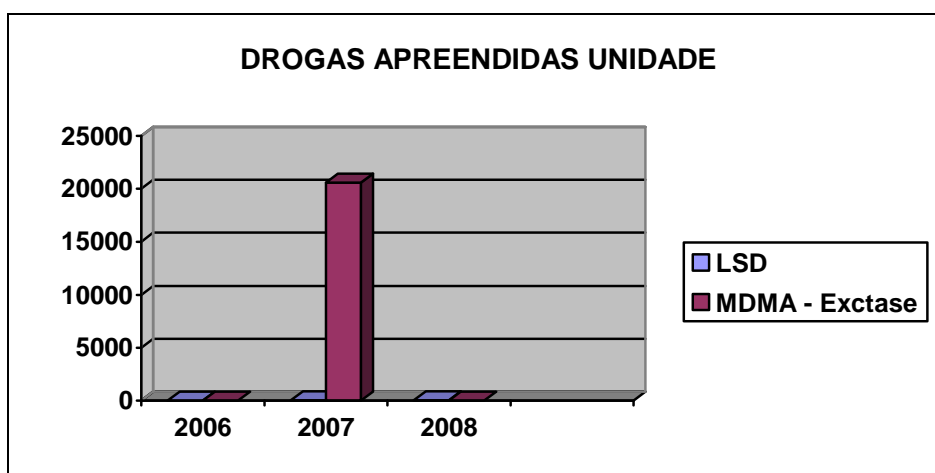
Haja vista que o tráfico internacional tem como principal produto a cocaína, é natural que tenha triplicado o número de apreensões desta espécie de droga, enquanto o número de apreensões de maconha, por consequência tenha caído aproximadamente pela metade. A queda nos índices de apreensão de maconha, em termos relativos, é menor que o incremento das apreensões de cocaína, o que revela um maior equilíbrio nas atividades de repressão ao tráfico de drogas ilícitas, dadas as circunstâncias regionais do Rio Grande do Norte.



2.4.2.4.2. DROGAS ILÍCITAS APREENDIDAS POR UNIDADE

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
L.S.D. (UN)	-	18	25
M.D.M.A. (UN) – <i>Exctase</i>	-	20.601	-

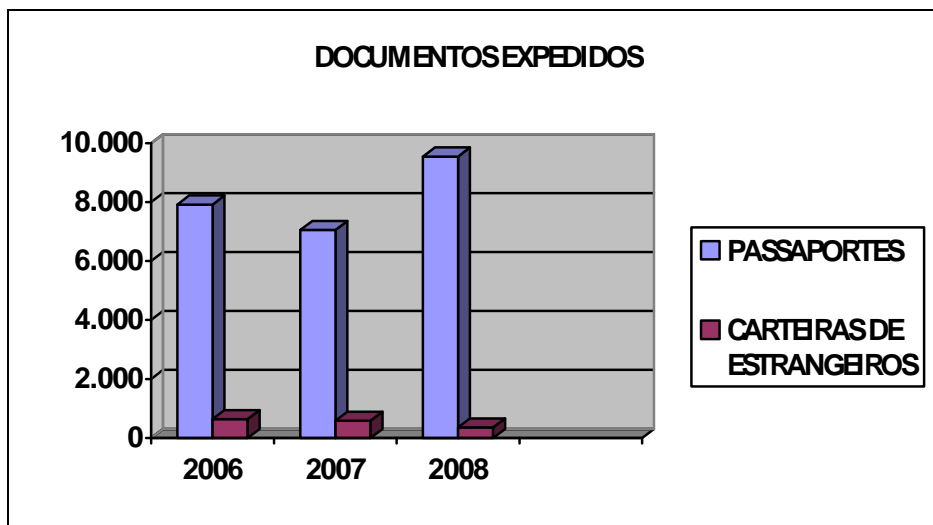
Em razão das características do Estado do Rio Grande do Norte, como também diante da distância da Argentina, maior produtor de lança-perfume (Cloroeto de Etila) da América do Sul, não houve apreensões desta espécie de droga ilícita neste Estado.



2.4.2.5. ÍNDICES DE CONTROLE MIGRATÓRIO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

2.4.2.5.1. EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES E CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Passaportes expedidos	7.918	7.057	9.541
Carteiras de estrangeiros	643	586	366

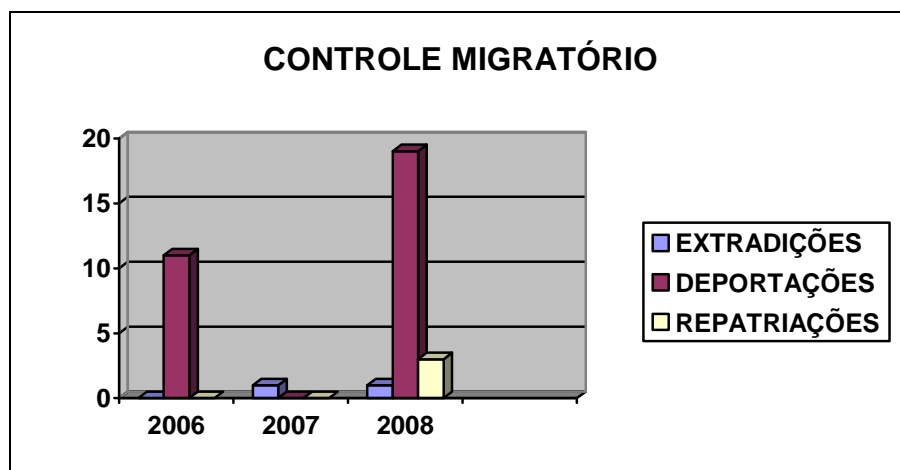


2.4.2.5.2. CONTROLE MIGRATÓRIO

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Extradições	00	01 ¹	01
Deportações	11	00	19
Repatriações	00	00	03

Nos três anos não foi realizada nenhuma expulsão de estrangeiro. Esse dado pode revelar a necessidade de comunicação entre as unidades da Polícia Federal, porquanto há um número significativo de estrangeiros presos em flagrante e denunciados em processos penais no Rio Grande do Norte, sujeitos à expulsão.

¹ Tratou-se, em verdade, de cumprimento de medida de transferência de preso.

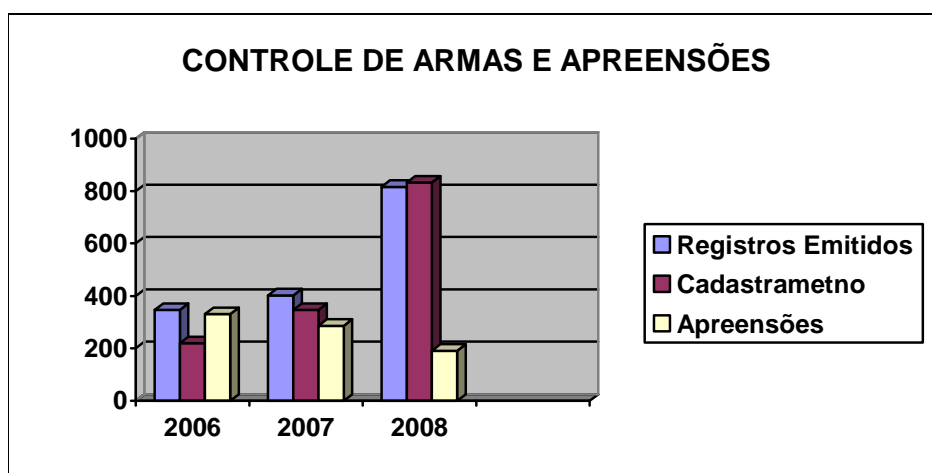


2.4.2.6. INDÍCES DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS – SINARM

2.4.2.6.1. CONTROLE DE ARMAS E APREENSÕES

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Registros Emitidos	346	402	816
Cadastramentos	220	346	833
Apreensões	331	286	191

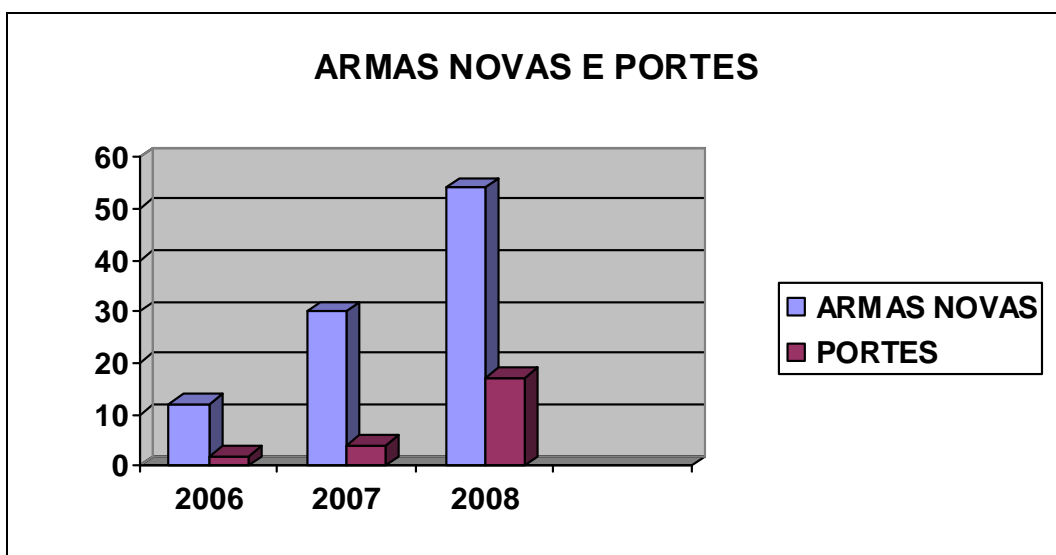
Os dados revelam, em análise primária, que o aumento do controle do armamento pode estar ligado a queda do número de apreensões. Os dados de apreensão são os lançados no SINARM e referem-se a atuação policial de forma geral (Polícia Civil e Federal). Portanto, pode-se concluir que a campanha do desarmamento tenha surtido efeito no Rio Grande do Norte.



2.4.2.6.2. ARMAS NOVAS E PORTES DE ARMAS

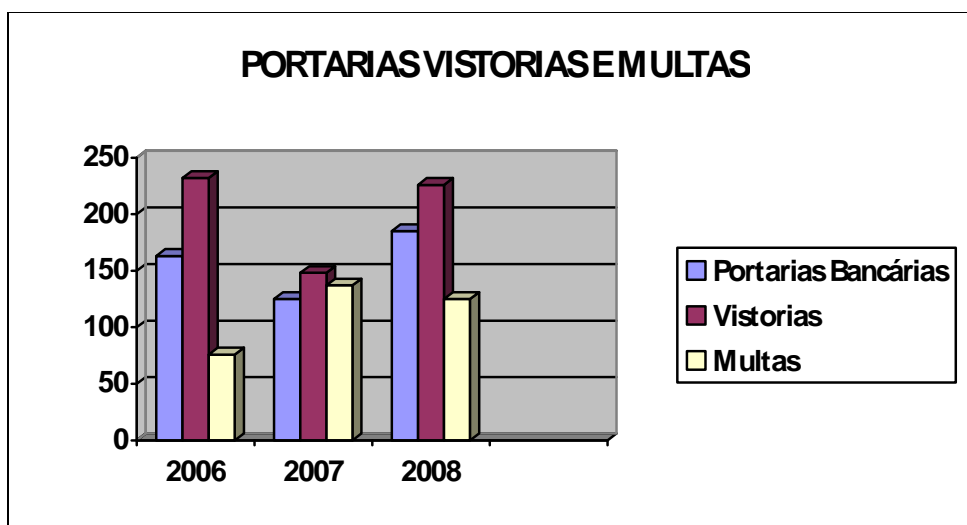
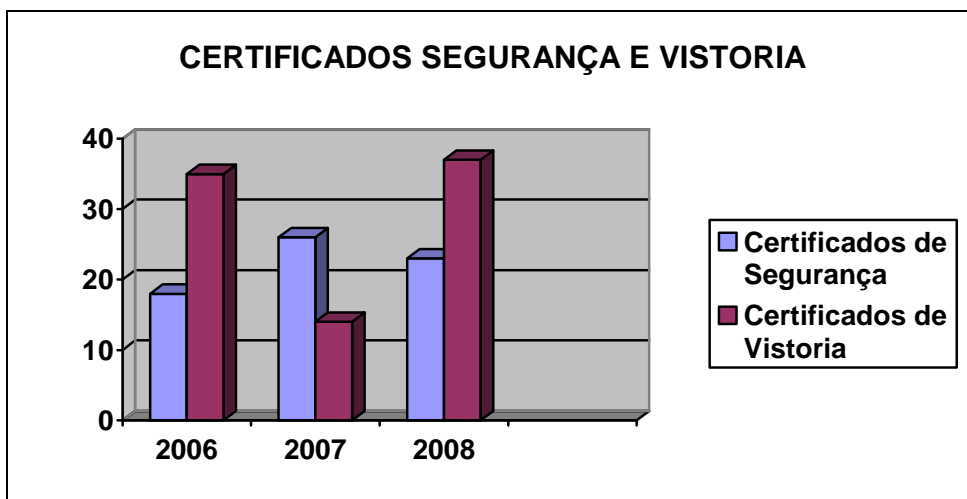
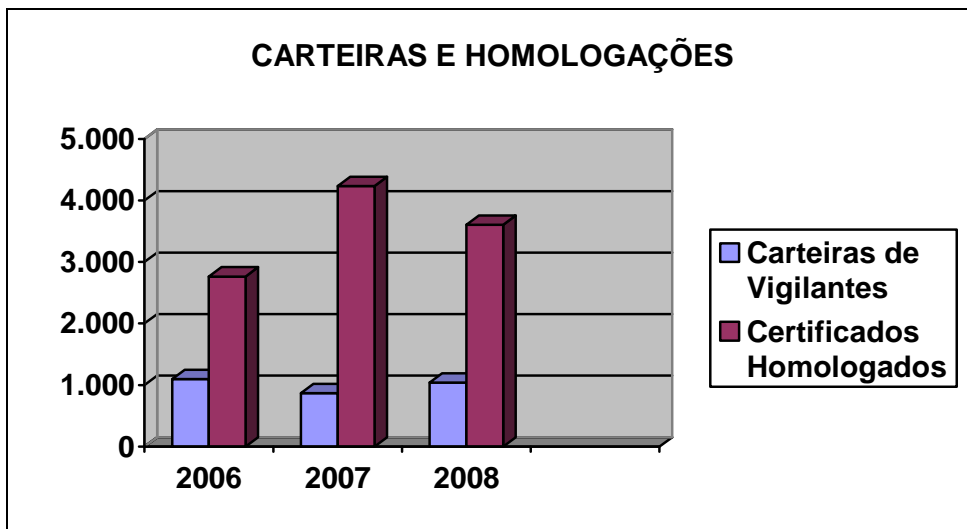
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Armas Novas	12	30	54
Portes Deferidos	2	4	17

Os dados revelam o natural crescimento do número de portes de armas deferidos com o número de armas novas cadastradas.



2.4.2.7. INDÍCES DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	1.095	869	1.041
Certificados homologados das Escolas por ano	2.766	4.233	3.601
Certificados de segurança expedidos	18	26	23
Certificados de vistoria expedidos	35	14	37
Portarias bancárias expedidas	163	125	185
Vistorias realizadas por ano	232	148	226
Aplicação de multas por ano	76	137	125



De modo geral, as atividades de Controle de Segurança Privada no ano de 2008 tiveram um incremento em relação às mesmas atividades do ano de 2007.

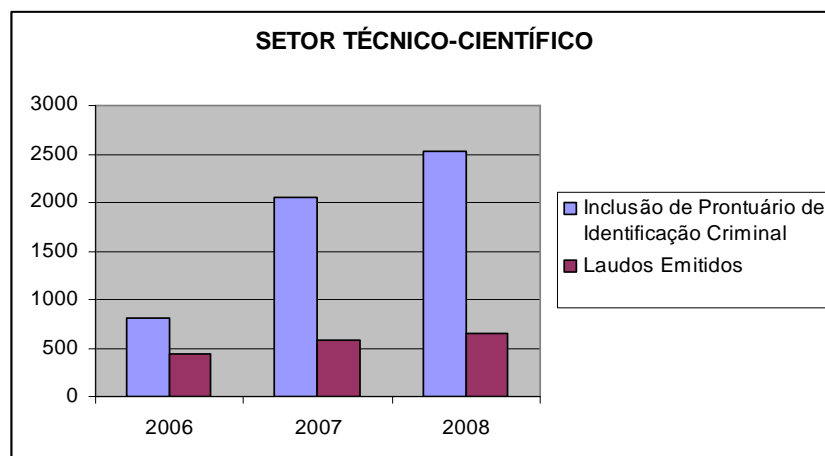
2.4.2.8. INDÍCES DA ÁREA DE PERÍCIAS E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

2.4.2.8.1. LAUDOS EMITIDOS

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Perícias de Informática	17	145	159
Perícias Documentoscópicas	155	167	154
Perícias de Laboratório	111	96	116
Perícias de Veículos	25	40	56
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	15	19	43
Perícias de Local de Crime	33	45	36
Perícias Contábeis e Econômicas	7	5	23
Perícias de Balística Forense	1	23	21
Perícias Merceológicas	24	10	18
Perícias Papiloscópicas	25	15	11
Perícias de Meio Ambiente	3	4	10
Perícias de Engenharia	18	4	7
Perícias de Biometria Forense	0	0	1
TOTAL	434	573	655

2.4.2.8.2. INCLUSÕES NO SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (SINIC)

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Inclusão de Prontuário de Identificação Criminal	812	2057	2527



2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	392.729,34	378.834,28	452.403,58
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.377.772,89	2.240.128,15	1.377.266,21
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	736.068,13	1.436.812,59	1.674.314,92
<i>3.1. Publicidade</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação</i>	<i>647.584,66</i>	<i>1.084.123,71</i>	<i>1.322.637,76</i>
<i>3.3. Tecnologia da informação</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>3.4. Outras Terceirizações</i>	<i>88.183,47</i>	<i>352.688,88</i>	<i>351.677,16</i>
<i>3.5. Suprimento de Fundos</i>	<i>300,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	48.361,05
TOTAIS	2.506.570,36	4.055.775,02	3.552.345,76

Houve acréscimo de valores pagos a título de diárias, no ano de 2007, em decorrência do significativo número de servidores deslocados para trabalhar no Rio de Janeiro, durante a realização dos Jogos Pan-Americanos, lembrando-se ainda que o governo determinou, naquele período, o pagamento de diárias no dobro do valor normal.

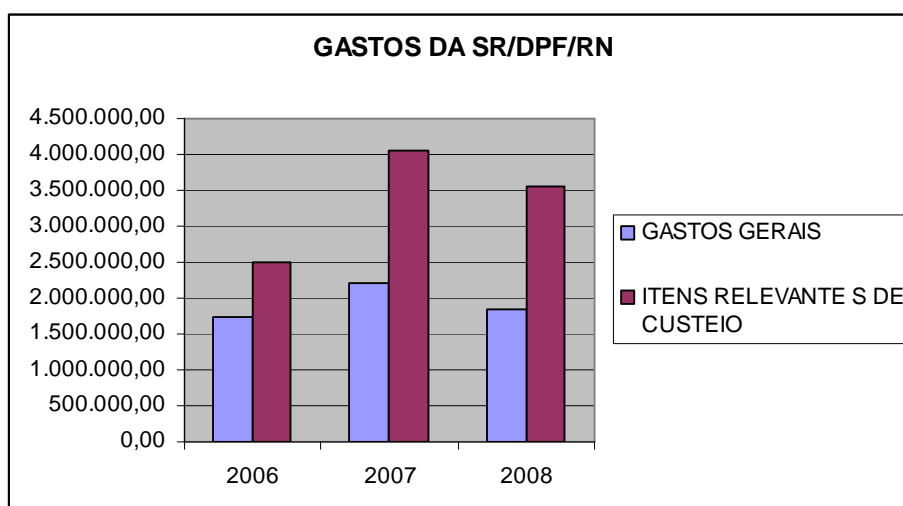
A partir de meados de 2006 houve a mudança de sede da SR/DPF/RN em Natal, ocasionando aumento dos custos com a contratação de terceirizados, devido à significativa ampliação da área construída e, conseqüentemente, da demanda pelos serviços de vigilância, limpeza e conservação.

O item *Outras Terceirizações* refere-se a contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção predial, realizada em data próxima ao final do ano de 2006.

Esta Unidade somente começou a utilizar o cartão de crédito corporativo para pagamento de suprimento de fundos a partir de junho de 2008. Os gastos com suprimento de fundos, mediante utilização da conta tipo B, foram de R\$76.447,10 (setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos) em 2006, R\$104.525,81 (cento e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos) em 2007 e R\$22.693,39 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos) em 2008 (até meados do ano).

Além dos gastos gerais apontados na tabela acima, convém relacionar ainda outros gastos com o custeio da SR/DPF/RN relevantes para a administração da UG:

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
Serviços de Energia Elétrica	605.189,11	589.682,80	540.131,47
Serviços de Telecomunicações	359.475,04	598.592,67	531.664,44
Serviço de Manutenção de Viaturas	276.879,22	495.718,87	299.574,10
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	252.455,31	292.284,96	247.686,93
Serviços de Água e Esgoto	102.619,55	75.109,26	87.638,75
Refeições para os Custodiados	97.847,95	111.664,20	80.471,56
Serviço Postal e de Malote	42.404,27	49.245,35	60.281,33
TOTAIS	1.736.870,45	2.212.298,11	1.847.448,58 □



Deve ser esclarecido, com relação aos itens de custeio acima elencados, que o ano de 2006 não se presta a uma correta comparação de dados, tendo em vista que em meados desse ano houve a mudança de sede da SR/DPF/RN, não compensando o esforço do levantamento de tais informações, necessárias à distinção dos custos entre as duas sedes.

A utilização da nova sede da Polícia Federal ocasionou um salto de patamar de alguns dos custos envolvidos com a atividade-meio, em virtude do grande porte do novo edifício. Alguns valores de custeio da sede antiga, em especial os gastos com telefonia e serviços terceirizados eram bem inferiores aos da nova sede, como é claramente observado nas tabelas acima.

2.4.4. RESULTADOS OBTIDOS

O ano de 2008 foi marcado por várias conquistas na SR/DPF/RN, tanto na área operacional policial, como na área administrativa. Seguindo a orientação dos Órgãos Centrais da Polícia Federal, todas as unidades tiveram que enfrentar o desafio de implementação de uma gestão participativa e de maior preocupação com os gastos públicos, voltada para o melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos e orientada para um crescimento dos padrões de qualidade alcançados pela instituição.

2.4.4.1. ATOS VOLTADOS À GESTÃO PARTICIPATIVA

Antes das considerações referentes aos resultados propriamente ditos, é importante mencionar algumas providências adotadas pela Administração da SR/DPF/RN para implementar a gestão participativa na busca da melhoria dos serviços, que influenciaram diretamente os resultados alcançados, conforme se verifica a partir de alguns exemplos relacionados adiante.

2.4.4.1.1. PORTARIA Nº. 004/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 18/01/2008

Criou, no âmbito da SR/DPF/RN, a Comissão Interna de Conservação de Energia – CICE, a quem compete a elaboração, implantação e acompanhamento das metas do Programa de Conservação de Energia e divulgação dos seus resultados nas dependências do estabelecimento, bem como cumprir as demais atribuições constantes do Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990.

2.4.4.1.2. PORTARIA Nº 006/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 31/01/2008

Constituiu Comissão com a finalidade de complementar o levantamento efetuado pela Comissão instituída pela Portaria nº 104/07-GAB/SR/DPF/RN, de 30/10/2007, realizando levantamento de todos os veículos à disposição da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, bem como de cadastrar, classificar, identificar, definir quantitativos, verificar licenciamentos, seguros obrigatórios, local apropriado para guarda, identificando o número do Inquérito Policial, o número e situação do Processo, a Vara e a Comarca para a qual foi distribuído, tudo em conformidade com as normas acima citadas e outras em vigor.

2.4.4.1.3. PORTARIA Nº 007/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 07/02/2008

Constituiu COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA desta Superintendência Regional.

2.4.4.1.4. PORTARIA Nº 018/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 21/02/2008

Constituiu Comissão com a finalidade de localizar, catalogar, promover o tombamento e distribuição dos bens referidos, bem como sua inclusão no Sistema de Material Permanente - SMP, tudo em conformidade com as normas pertinentes. Levou-se em consideração o contido no Relatório apresentado pela Comissão de Recebimento e Conferência de Mercadorias oriundas da Receita Federal, constituída pela Portaria nº 07/2007-

GAB/SR/DPF/RN, de 30/01/2007, bem como a demora na liberação das mercadorias em questão e a necessidade de material em diversos setores desta Regional, bem como o fato de os bens terem sido fornecidos em caráter emergencial, mediante prévia autorização do então Superintendente Regional, sem a devida incorporação e tombamento ao acervo.

2.4.4.1.5. PORTARIA Nº 045/2008 – GAB/SR/DPF/RN, de 17/03/2008

Designou responsável e substituto pela conformidade documental (conformidade dos registros de gestão).

2.4.4.1.6. PORTARIA Nº. 046/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 19/03/2008

Considerando que a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização de Produtos e Insumos Químicos que possam ser destinados à elaboração de cocaína, em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, foi constituída a Comissão de Fiscalização de Produtos Químicos - DRE/DCOR/SR/DPF/RN.

2.4.4.1.7. PORTARIA Nº. 055/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 07/04/2008

Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária no âmbito da SR/DPF/RN, com a responsabilidade de coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e estabelecer o relacionamento do DPF com as associações e cooperativas de catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infra-estrutura para a seleção de material e para a coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada do material, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo.

Tal Comissão possui incumbência de apresentar o resultado dos seus trabalhos, semestralmente, à Comissão Coordenadora de Coleta Seletiva Solidária no âmbito de todo o DPF, a fim de que esta apresente, também semestralmente, ao Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. A Comissão deve, ainda, implementar ações de publicidade de utilidade pública que assegurem a lisura e a igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

Para a criação desta comissão, levou-se em consideração o disposto no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

2.4.4.1.8. PORTARIA Nº 063/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 20/05/2008

Constituiu Comissão com a finalidade de assessorar o Superintendente Regional em decisões afetas a questões envolvendo telemática, tudo em conformidade com as normas em vigor.

Para a criação desta comissão, levou-se em consideração a necessidade de dispor de assessoria para questões telemáticas, especialmente no que concerne a estudos da infraestrutura, formulação de atos, regulamentações, contratações, especificações de hardware e software, análise de processos e alterações de soluções, bem como a premente necessidade de cadastrar, classificar, identificar, definir níveis de acesso para a utilização do sistema PROMETHEUS.

2.4.4.1.9. PORTARIA Nº 64/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 20/05/2008

Constituiu COMISSÃO DE LICITAÇÃO para examinar e julgar as licitações previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

2.4.4.1.10. PORTARIA Nº 65/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 20/05/2008

Designou servidores com capacitação específica para atuarem como PREGOEIROS e exercerem as atribuições constantes do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como designa outros servidores como componentes da(s) equipe(s) de apoio.

2.4.4.1.11. PORTARIA Nº 075/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 05/06/2008

Nomeou, no âmbito da SR/DPF/RN, COMISSÃO DE DESFAZIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO ACERVO DESTA DESCENTRALIZADA, para realizar os procedimentos administrativos de desfazimento de veículos classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, pertencentes ao patrimônio desta SR/DPF/RN, nos termos previstos no Decreto nº 1305, de 09 de novembro de 1994, Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, Decreto nº 6.403, de 17 março de 2008, na Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 2008 e Instrução Normativa nº 3 SLTI/MPOG,, de 15 de maio de 2008 e demais legislações eventualmente aplicáveis.

2.4.4.1.12. PORTARIA Nº 077/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 11/06/2008

Constituiu COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE METAS E DO PROGRAMA INTERNO DA QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tudo em conformidade com as normas em vigor.

Levou-se em consideração a necessidade de elaborar plano de metas em consonância com o planejamento estratégico do DPF e de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas para elaboração dos relatórios de gestão, bem como a necessidade de proceder a levantamento descritivo dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho das metas policiais para, ao final, cumprir o estabelecido no item 03 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 81, de 06/12/2006, ou a que

venha a substituí-la. Considerou-se, ainda, o contido no Decreto nº 5.378, de 23/02/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA.

2.4.4.1.13. PORTARIA Nº 078/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 11/06/2008

Designou servidor como responsável pela realização de auditorias com o escopo de verificar o correto lançamento de registros no Sistema de Acompanhamento de Processos – SIAPRO, na SR/DPF/RN, e propor eventuais correções, com a finalidade de adequar o sistema de tramitação de documentos no âmbito da SR/DPF/RN às diretrizes da Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, bem como a necessidade de racionalizar e agilizar o fluxo de documentos que tramitam por esta Descentralizada e dar plena aplicabilidade à Instrução Normativa nº 008/97-DG/DPF, de 06/11/1997.

2.4.4.1.14. PORTARIA Nº 080/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 17/06/2008

Designou servidor para atuar como responsável pelo depósito de entorpecentes e materiais apreendidos desta SR/DPF/RN, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes à função, especialmente os descritos na Instrução de Serviço nº 001/2008-GAB/SR/DPF/RN, publicada no A.S. nº 17, de 25/04/2008.

2.4.4.1.15. PORTARIA Nº 083/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 03/07/2008

Considerando a desativação do Posto Temporário do Departamento de Polícia Federal, localizado no Município de Caicó/RN, pela Portaria nº 370/2008-DG/DPF, de 26 de junho de 2008, foi constituída Comissão Temporária para desenvolver as ações necessárias e acompanhar os trabalhos técnicos e administrativos, visando à restituição do prédio onde funcionava o Posto Avançado da Polícia Federal no Município de Caicó/RN.

2.4.4.1.16. PORTARIA Nº 100/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 12/08/2008

Constituiu Grupo de Trabalho para estudar, avaliar e promover todos os atos necessários à confecção das Medalhas do Mérito Policial Federal e de Tempo de Serviço e dos respectivos diplomas, que serão concedidos em 16/11/2008, na comemoração do Dia do Policial Federal.

Levou-se em consideração o Decreto nº 43.708, de 15/05/1958, criou a Medalha do Mérito Policial no âmbito do Ministério da Justiça, com as alterações incluídas pelo Decreto nº 90.374, de 29/10/1984, que instituiu também a Medalha de Tempo de Serviço, e pelo Decreto nº 1.101, de 30/03/1994, e que a Portaria nº 589/85-MJ, de 03/10/1985, alterada pela Portaria 216-94-MJ, de 22/04/1994, regulamentou a concessão da Medalha do Mérito Policial Federal e da Medalha de Tempo de Serviço.

Além disso, observou-se o teor da Portaria nº 354/2008-DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 117, de 20/06/2008 e os termos da Mensagem Oficial-Circular nº 003/2008-GAB/DG/DPF, de 08/08/2008, publicada no Boletim de Serviço nº 153, de 11/08/2008.

2.4.4.1.17. PORTARIA Nº 113/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 02/10/2008

Constituiu Comissão com a finalidade de localizar, catalogar e realizar o inventário de todo material de telecomunicações para posterior encaminhamento à DITEL/DPF, estipulando prazo para tanto e determinando que ao final do trabalho seja apresentado relatório objetivo, contendo todas as informações anteriormente referidas.

Levou-se em consideração que os recursos de telecomunicações constituem valioso e indispensável instrumento para o aumento da produtividade, eficiência e segurança nas atividades policiais e administrativas, sendo imprescindível a sua utilização adequada. Considerou-se, ainda, o Plano Estratégico do DPF até 2020, cujas metas 8.7.1.5 e 8.7.7.8 referem-se à modernização das técnicas na área de telecomunicações do DPF.

2.4.4.1.18. PORTARIA Nº 120/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 25/11/2008

Nomeou, no âmbito da SR/DPF/RN, COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E BAIXA DE MATERIAL PERMANENTE DO ACERVO DESTA DESCENTRALIZADA, para realizar procedimento administrativo de baixa dos armamentos de pequeno calibre não padronizados, constantes da carga patrimonial desta SR/DPF/RN e suas unidades subordinadas, nos termos previstos na Mensagem Oficial-Circular nº 26/2008-DLOG/DPF, de 21/11/2008, no Decreto nº 99.658, de 30/10/1990 e demais legislações eventualmente aplicáveis.

2.4.4.1.19. PORTARIA Nº 121/2008-GAB/SR/DPF/RN, de 02/12/2008

Revogou a Portaria nº 80/2007 – GAB/SR/DPF/RN, de 17 de julho de 2007 e cria, no âmbito da DRCOR/SR/DPF/RN, o GRUPO DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS – GRFIN/DRCOR/SR/DPF/RN, até a criação efetiva da DELEFIN/SR/DPF/RN, estabelecendo como atribuições do GRFIN/DRCOR/SR/DPF/RN aquelas elencadas no *caput* e incisos do artigo 223 da Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005. Além disso, autoriza o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado a designar servidores policiais para integrar o referido grupo.

Para tal medida levou-se em consideração a existência de notícias de crimes de alto potencial ofensivo, praticados contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro, supostamente, praticados por organizações criminosas na circunscrição da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Considerou-se, ainda, que a meta 23 da ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, de 2005, prevê a criação de unidades de repressão a crimes financeiros onde forem instaladas varas federais especializadas no processo e julgamento desses crimes, como ocorre no Rio Grande do Norte.

2.4.4.2. DOS RESULTADOS DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A gestão da área de logística, que envolve controle de patrimônio, execução orçamentária e financeira, contratos, aquisições, administração predial, controle de viaturas,

controle de documentos (protocolo) e tecnologia da informação pautou-se pelos princípios da eficiência administrativa, economicidade, razoabilidade, entre outros.

No decorrer de 2008 a Administração empenhou-se na gestão dos recursos disponíveis, com a necessária austeridade, objetivando a melhoria da qualidade dos gastos. Em função dessa orientação de rumo, foram realizadas as seguintes ações:

a- Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, que melhorou substancialmente a gestão dos gastos com passagens e diárias, envolvendo todo o efetivo de servidores nas tarefas inerentes, agilizando os procedimentos e permitindo uma visualização do processo como um todo;

b- Reestruturação do pessoal lotado na área administrativa da SR/DPF/RN, tendo em vista a escassez de servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal nesta Unidade, viabilizando maior eficiência no Setor de Administração e Logística Policial, Setor de Recursos Humanos e Núcleo de Tecnologia da Informação;

c- Revisão dos processos administrativos relativos aos contratos que se encontravam em vigor à época, trazendo maior segurança jurídica ao trabalho do ordenador de despesas e do gestor financeiro da Unidade;

d- Celebração de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando a implantação de sistema informatizado para as áreas de logística e de recursos humanos, que em muito contribuirá para melhoria da eficiência nos setores da atividade-meio, proporcionando maior controle de todos os processos de atividades executados;

e- Contratação de serviço de gestão de frota com aquisição de combustível, que permitiu: 1) redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes; 2) redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, emissão de faturas, controles, espaço físico, pessoal); 3) flexibilidade do sistema de abastecimento, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados; 4) agilidade nos procedimentos; 5) evolução dos controles, veracidade e redução do tempo de compilação e análise de dados; 6) acesso a postos de combustível na grande maioria das cidades do interior do estado do RN, onde atua a Polícia Federal, eliminando a necessidade de adiantamentos para o pagamento de combustíveis, normalmente feitos mediante utilização de suprimento de fundos; 7) obtenção de informações sobre o abastecimento, em tempo hábil para tomada de decisões corretivas; 8) redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção; 9) melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva através do controle de quilometragem e consumo por veículo. Além disso, a contratação foi fruto de um esforço da Direção Geral do DPF para a padronização, em todo o país, das aquisições e serviços contratados.

f- Elaboração do plano de segurança orgânica da Unidade, que apontou diversas vulnerabilidades da SR/DPF/RN. Em função de tal documento, foi o possível a reestruturação da segurança das instalações, com a aquisição de equipamentos de CFTV, como micro câmeras, aparelho DVR (gravação de vídeo) e aquisição de cancelas automáticas para os portões da Unidade. Dentro do mesmo objetivo, a Unidade foi possível a realização de estudo

visando à diminuição do quantitativo de servidores terceirizados de vigilância armada, cujo processo licitatório encontra-se atualmente em andamento;

g- Contratação de estagiários, visando oportunizar a estudantes, do ensino superior e intermediário, experiência prática necessária que influencie nas suas formações profissionais, propiciando uma complementação de ensino e aprendizagem para o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, por meio de estágio nas diversas áreas da SR/DPF/RN. As vantagens para esta Unidade estão no auxílio oferecido pelos estagiários na execução das tarefas administrativas, nos diversos setores;

h- Aquisição de equipamentos diversos para a área de tecnologia da informação, visando à informatização dos processos da SR/DPF/RN e à melhoria da capacidade de processamento de dados, contribuindo para o aumento da eficiência nas atividades administrativas e finalísticas. As aquisições revestem-se de especial importância, considerando o elevado nível de utilização da informática na sociedade atual e também, porque se tornou verdadeiro fator crítico de sucesso ou fracasso em todas as atividades desenvolvidas no órgão. Foram adquiridos, nesta gestão, 27 notebooks, 18 multifuncionais, 5 nobreaks, 5 racks para equipamentos de informática, kits de conversão para racks do setor de informática. Houve ainda a implantação da Sala de Servidores de Rede e CFTV nas dependências do NTI, dentro melhores padrões de segurança e confiabilidade;

i- Implantação de senha individual para controle da utilização do telefone fixo, efetivada a partir de agosto de 2008, que permitiu redução da conta de telefone mensal da ordem de 40% (quarenta por cento);

j- Aquisição de equipamentos de ar condicionado tipo “splits”, para instalação em setores que necessitam de resfriamento contínuo, o que permitiu o desligamento do equipamento de ar condicionado central da SR/DPF/RN em horários de pico. Tal procedimento, efetivado a partir de setembro de 2008, trouxe os primeiros resultados já nos meses subsequentes, havendo redução da ordem de 20% (vinte por cento) na conta de energia elétrica.

k- Início dos procedimentos relativos à contratação de terceirizados para atuarem na recepção de passageiros nos terminais internacionais do Aeroporto de Natal e na recepção de requerentes de documentos de viagem (passaporte), cujas contratações efetivaram-se no início do corrente ano. Foi possível melhorar o atendimento, com incremento de pessoal habilitado nos momentos de pico de demanda, e redirecionar efetivo policial para áreas de investigação que estavam carentes de mão-de-obra especializada;

l- Instalação e disponibilização, aos servidores da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN, de novos sistemas informatizados, dentre os quais, destacam-se o Sistema Cartório (SISCART), o Sistema Policial de Informações (SISPOL) e as ferramentas do pacote I2 (integrante do CINTEPOL), possibilitando a automatização e otimização de inúmeras tarefas ligadas à área finalística da Unidade;

m- Aquisição de bancada para o laboratório de áudio-visual do Setor Técnico-Científico da SR/DPF/RN, viabilizando reestruturação física do setor e o incremento na capacidade de realização de perícias da área respectiva.

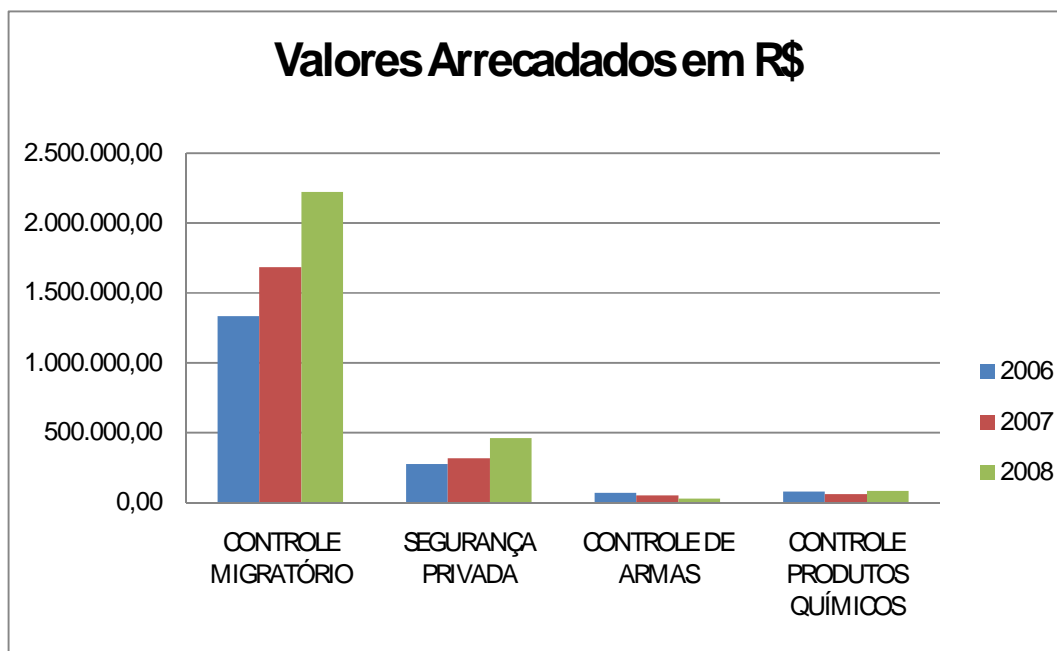
2.4.4.3. DOS RESULTADOS DA ÁREA DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

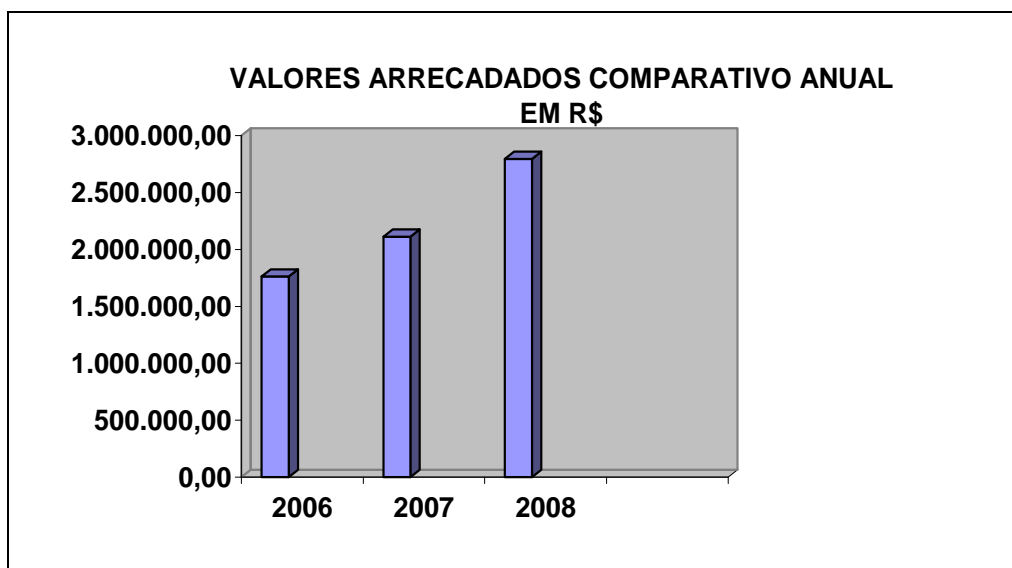
Por sua vez, a arrecadação da SR/DPF/RN, relacionada à atividade de Polícia Administrativa está assim consolidada:

ATIVIDADES	VALORES EM R\$		
	2006	2007	2008
Controle Migratório	1.335.825,15	1.685.150,42	2.222.320,03
Segurança Privada	277.418,42	316.726,09	461.958,20
Controle de Armas	69.700,00	50.270,00	28.020,00
Controle de Produtos Químicos	78.200,00	59.200,00	82.000,00
TOTAL	1.761.143,57	2.111.346,51	2.794.298,23

Conforme já mencionado, a queda de arrecadação no controle de armas – SINARM – decorre da edição da Lei 11.706/2008, porquanto alterou o § 3.º, do art. 5.º e o art. 30, da Lei 10.826/2008, concedendo isenção para o pagamento de taxa para os seguintes casos:

- renovação de registro de armas de fogo, cujos certificados de registro de propriedade tenham sido expedidos por órgão estadual ou do Distrito Federal;
- registro de arma de fogo para possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registradas.





2.4.4.4. DOS RESULTADOS DA ÁREA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (OPERAÇÕES POLICIAIS)

Os resultados de operações policiais pró-ativas de longa duração, desenvolvidas na SR/DPF/RN no ano de 2008, decorrem da estimativa dos valores do impacto econômico das operações policiais no âmbito social, especialmente em termos profiláticos.

Não se incluem nos dados os resultados economicamente não mensuráveis da atividade de polícia judiciária, como operações policiais sem conteúdo econômico e o resultado econômico dos inquéritos policiais (já que esse dado não foi produzido ainda).

Assim, três grandes operações policiais pró-ativas de longa duração causaram impacto econômico mensurável.

2.4.4.4.1. OPERAÇÃO HÍGIA

A primeira operação, denominada OPERAÇÃO HÍGIA, foi deflagrada com o objetivo de desarticular uma organização criminoso responsável por promover o desvio de verba pública mediante os seguintes atos: a) fraude a certame licitatório e dispensa indevida de licitação; b) celebração de contratos e aditivos de higienização hospitalar e locação de mão-de-obra para o SAMU METROPOLITANO e FARMÁCIA POPULAR, a partir de corrupção de agentes públicos e tráfico de influência.

O impacto operacional foi estimado pela CGU da seguinte forma:

1. Pregão Presencial nº 075/2006, Contratos nºs 228/2006, 03/2007 e 84/2007:

Identificado pagamento de R\$ 411.960,36 (quatrocentos e onze mil, novecentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), apenas referente ao mês de maio de 2008, com prorrogações indevidas. Assim, estima-se que se passou a evitar um desvio de verba pública

no total de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) mensais. Eventual cobrança dos valores estimados com os desvios pode superar **R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais)**.

2. Pregão Presencial nº 39/2005 e respectivo Contrato nº 168/2006, firmado entre a SESAP e a Empresa A&G Locação de Mão de Obra:

Prejuízo financeiro na ordem de R\$ 1.084.376,99 (um milhão, oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), representando 51,3 % do total executado de R\$ 2.114.581,70 (dois milhões, cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta centavos), compreendendo o período de 01/06/2006 a 30/06/2008.

Para fins de restituição ao erário esse valor será acrescido da multa de R\$ 68.922,88 (sessenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), pelo que importará um montante de **R\$ 1.153.299,87 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos)**.

3. Pregão Presencial nº 018/2008, os Contratos nºs 351/2006, 100/2007, 207/2007:

Constatou-se prejuízo, no mês de março de 2008, de **R\$ 62.866,65 (sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)**, o que representa 23,18% do valor mensal contratado de R\$ 271.177,69 (duzentos e setenta e um mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

Portanto a referida operação alcançou impacto financeiro estimado no total de R\$ **17.216.166,52 (dezesete milhões, duzentos e dezesesseis mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)**.

2.4.4.4.2. OPERAÇÃO ESCAMBO

A OPERAÇÃO ESCAMBO, por sua vez, teve por objetivo desarticular grupo criminoso que mantinha instituição financeira clandestina, realizava evasão de divisas e promovia a lavagem de dinheiro dos produtos desses crimes no Rio Grande do Norte.

O impacto financeiro desta operação, especialmente no mercado ilegal de câmbio e lavagem de dinheiro, decorre da sonegação de tributos. Foi estimado pela Receita Federal do Brasil o valor sonegado aproximado de **R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)**.

Ainda, no dia da operação, foram apreendidos US\$ 99.614,33 (noventa e nove mil, seiscentos e quatorze Dólares dos Estados Unidos e trinta e três centavos), €\$ 319.947,80 (trezentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e sete Euros e oitenta centavos) e R\$193.346,00 (cento e noventa e três mil, trezentos e quarenta e seis reais), soma esta que supera o equivalente a **R\$1.300.00,00 (um milhão e trezentos mil reais)**.

2.4.4.4.3. OPERAÇÃO CABUGI

A investigação de bando criminoso intencionado em roubar a agência do Banco do Brasil na cidade de Lajes/RN foi denominada OPERAÇÃO CABUGI. Além dos aspectos peculiares do trabalho, cujo resultado levou a óbito, em confronto, 07 (sete) assaltantes de banco, com uma prisão em flagrante e a apreensão de verdadeiro arsenal de guerra, o impacto

financeiro foi estimado em **R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)**, quantia esta referente aos valores calculados à disposição da agência do Banco do Brasil na cidade de Lajes/RN.

2.4.4.4. DA SOMA TOTAL DO IMPACTO FINANCEIRO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS

De acordo com esses dados, o impacto financeiro das operações policiais desenvolvidas pela SR/DPF/RN superaram um total estimado de **R\$ 69.566.166,52 (sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)**.

Diante do exposto, somados os valores arrecadados em 2008 pela SR/DPF/RN em suas atividades de Polícia Administrativa aos valores do impacto financeiro das operações policiais, obtém-se um total de **R\$ 72.360.464,75 (setenta e dois milhões, trezentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	4.576,49	4.176,49	400,00	-	1.514.598,02	74.698,02	1.439.900,00	-
2007	-	-	-	-	861.144,49	154.010,16	706.466,19	668,14
2008	-	-	-	-	296.707,44	141.674,34	151.240,82	3.792,28
Total	4.576,49	4.176,49	400,00	0,00	2.672.449,95	370.382,52	2.297.607,01	4.460,42

Quanto à existência de saldo de Restos a Pagar Não Processados em 2007 e 2008, foi analisado por esta UG em 2009, sendo concluído que não há necessidade pagar tais compromissos. Desta forma, os empenhos foram cancelados no corrente exercício.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	17	6.991,05	68	41.370,00

Obs.: Dos saques efetuados em 2008, foram devolvidos, pelos portadores, R\$3.577,05 (três mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinco centavos).

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG:	R\$ 71.054,44
Natureza dos gastos permitidos:	Serviço de pessoa jurídica: 3390.39 Material Permanente: 4490.52 Material de consumo: 3390.30 Serviço de pessoa física: 3390.36
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
ANA CLAUDIA MASTELLA COUTO	2.000,00
ANTONIO EDMILSON FERNANDES	14.036,27
CAIO CESAR MARQUES BEZERRA	7.927,05
CESAR DE MACEDO REGO	2.016,59
CLIDENOR COSME DA SILVA JUNIOR	8.763,10
EMANUEL HENRIQUE GOMES PAIVA	5.838,00
FABIO ROBERTO GALVAO BARBOZA	3.674,38
FRANCISCO CLEBIO MENEZES RICARTE	3.820,00
HENRIQUE GEORGE LOPES DA CUNHA	98,71
JAIR DE ARAUJO E SILVA	2.700,00
JOSE LEONARDO PEREIRA JUNIOR	1517,47
SANTIAGO GABRIEL HOUNIE	1.662,87
SERGIO LUIZ PAIVA GUIMARAES	17.000,00

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Foram demandadas diligências da Controladoria-Geral da União – CGU/RN para esta Unidade, de acordo com o **Relatório nº 208267**, 31/03/2008, conforme as informações a seguir relacionadas:

12.1. Constatação: Ausência de inventário dos Bens Móveis e Almoxarifado da Unidade.

<p>Recomendação:</p> <p>a) Providenciar os inventários anuais, observando os prazos previstos na norma de encerramento do exercício, 31 de dezembro.</p> <p>b) Concluindo o inventário de bens móveis de 2007, proceder à regularização dos bens que encontram-se sem registro do tombamento, bem como dos termos de responsabilidade, de forma que sejam atualizados os controles exercidos sobre os bens quanto a sua localização e responsabilidade.</p>
--

Setor Responsável pela implementação:

Núcleo Administrativo (NAD/SELOG/SR/DPF/RN)

Providências Adotadas:

Foi nomeada comissão, que realizou o inventário de 2008, no prazo legal, sendo assinados todos os termos de responsabilidade e regularizados os bens que estavam sem tombamento.

12.2. Constatação: Reposição incompleta dos valores pagos a servidor cedido com ônus para o cessionário.**Recomendação:**

Recomendamos que essa SR/DPF/RN, que de posse dos comprovantes de ressarcimentos, apresente-os imediatamente a esta CGURN, para que se dê baixa na pendência.

Setor Responsável pela implementação:

Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/RN)

Providências Adotadas:

Foi cumprida a recomendação, por meio do ofício 5020/2008-SRH/SR/DPF/RN, de 18/06/08, enviado à CGU/RN na mesma data.

12.3. Constatação: Recebimento/Cessão de objetos de Termos de Contrato divergentes daqueles acordados.**Recomendação:**

Efetuar a correção do percentual de participação da cessionária, do Termo de Cessão 001/2006, nas despesas de água e energia elétrica de 0,194% para 0,330%, de forma retroativa a data de início da vigência do Termo de Cessão.

Setor Responsável pela implementação:

Setor de Administração e Logística Policial (SELOG/SR/DPF/RN)

Providências Adotadas:

Foi procedida à cobrança dos valores retroativos, conforme recomendado, que foram devidamente pagos pela cessionária.

12.4. Constatação: Inconsistência no Cadastramento no Sistema SIASG.**Recomendação:**

Cumprir o estabelecido no art. 18 da Lei nº 10.707/2003 e no Acórdão TCU número 189/2004, no sentido de disponibilizar e atualizar de forma tempestiva, as informações referentes aos contratos.

Setor Responsável pela implementação:

Setor de Administração e Logística Policial (SELOG/SR/DPF/RN)

Providências Adotadas:

Foi realizado treinamento dos servidores que atuam como fiscais dos contratos, habilitando-os à tarefas atinentes à atualização dos cronogramas de desembolso financeiro. Por outro lado, foi implementado maior acompanhamento de tais tarefas, por parte do gestor de contratos.

12.5. Constatação: Utilização indevida de recursos de suprimentos de fundos para despesas de caráter sigiloso.**Recomendação:**

Recomenda-se que a Unidade utilize suprimentos de fundos de natureza sigilosa exclusivamente para despesas que exijam tal tratamento, realizando as demais despesas, principalmente as que dizem respeito ao funcionamento normal da Unidade, por meio de processo regular de compras, com observância da Lei 8.666/93.

Setor Responsável pela implementação:

Núcleo de Inteligência Policial (NIP/SR/DPF/RN)

Providências Adotadas:

Justifica-se parcialmente com fundamento na manifestação encaminhada por meio do ofício nº 2505/2008, expedido em resposta ao ofício nº 8288/2008/CGU-R/RN/CGU-PR, de 24-03-2008, que foi protocolizado nesta Unidade sob nº 08420.000168/2008-41, acrescentada pelo fato de que houve suspeita de divulgação prévia de dados sigilosos em pelo menos uma dessas operações de inteligência policial mencionadas, o que inclusive é objeto de apuração em inquérito policial nesta Superintendência, podendo ter ocasionado sérios prejuízos aos trabalhos desenvolvidos em segredo de justiça, de modo que, por exemplo, uma simples solicitação de material, utilizado por equipes de cumprimento de mandados judiciais, pode ensejar o “vazamento” interno em ações dessa natureza, risco de comprometimento que se diminui com o uso do suprimento de fundos de natureza sigilosa, mesmo em se tratando de despesas similares às questionadas. Ainda assim, em face da recomendação proposta, no âmbito do Núcleo de Inteligência Policial da Unidade (NIP/SR/DPF/RN), setor responsável pela solicitação dessa espécie de suprimento de fundos, foi implementado o documento denominado “procedimentos a serem observados pelo suprido”, para ciência expressa e cumprimento por parte do suprido.

12.6. Constatação: Ausência parcial de itens do Anexo II da DN/TCU nº 81, de 6/12/2006.**Recomendação:**

a) Recomendamos que a SR/DPF/RN proceda a um levantamento descritivo dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho de suas metas policiais para, finalmente, cumprir o estabelecido no item 03 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006, ou a que venha substituí-la, inclusive inserindo as informações relacionadas no referido item.

b) Recomendamos que a SR/DPF/RN proceda a uma avaliação dos resultados da execução de suas metas policiais, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, com esclarecimentos, se for o caso, sobre as

causas que inviabilizaram o pleno cumprimento para, finalmente, cumprir o estabelecido no item 04 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006, ou a que venha substituí-la, inclusive inserindo as informações relacionadas no referido item.

Setor Responsável pela implementação:

Delegacia Regional Executiva (DREX/SR/DPF/RN) e Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado (DRCOR/SR/DPF/RN).

Providências Adotadas:

a) O levantamento descritivo dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade do desempenho das metas policiais ainda aguarda a conclusão dos trabalhos em desenvolvimento pelo Comitê de Planejamento Estratégico, a fim de que os critérios estabelecidos estejam alinhados com as diretrizes dos órgãos centrais do Departamento de Polícia Federal. Não obstante, esta administração já constituiu o Comitê Gestor do Programa de Metas e do Programa Interno da Qualidade e Participação na Administração Pública, que possui as atribuições de elaborar plano de metas em consonância com planejamento estratégico do DPF, proceder ao levantamento descritivo dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho das metas policiais, entre outras.

b) Em razão da ausência, no atual momento, dos indicadores e parâmetros mencionados no item acima, fica prejudicada a avaliação dos resultados da execução das metas policiais. Entretanto, a partir da implementação das metas, será possível proceder à adequada avaliação de resultados.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	01	-
Desligamento	02	-
Aposentadoria	06	-
Pensão	01	-

Deve ser destacado que foram consideradas apenas as pensões civis instituídas por ex-servidores que se encontravam vinculados a esta UPAG (828). Vale ressaltar que o controle efetuado sobre o cadastro de pensionistas (inclusão de pensões no sistema SIAPE, alterações de dados cadastrais, dentre outros procedimentos relativos à pensão) é centralizado no Serviço de Aposentadoria e Pensões (SEAP), vinculado à Unidade Central do DPF.

O Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/RN) não efetua qualquer registro no que diz respeito ao sistema SISAC. Todos os atos citados acima são cadastrados por setores da Sede do Departamento de Polícia Federal, sendo aqueles relacionados às aposentadorias e pensões atualizados pelo SEAP (Serviço de Aposentadoria e Pensões), e aqueles relacionados às admissões e desligamentos atualizados pelo SECAD (Serviço de Cadastro). Para a obtenção de informações sobre a quantidade de atos referentes a 2008 registrados no sistema SISAC, é necessário que se proceda a uma consulta junto aos referidos setores da Unidade Central.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO)

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	261	25.436.119,67	257	29.153.750,82	275	37.601.152,09
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	261	25.436.119,67	257	29.153.750,82	275	37.601.152,09

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	43	647.584,66	67	1.084.123,71	64	1.322.637,76
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	13	88.183,47	13	352.688,88	13	351.677,16
Estagiários	-	-	-	-	26	18.456,54
Total Pessoal Terc. + Estag	-	735.768,13	-	1.436.812,59	103	1.692.771,46

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	-	-	-	-	1	17.201,74
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	1	92.492,65	-	-	3	236.081,24
Total Pessoal cedido pela Unidade	1	92.492,65	-	-	4	253.282,98

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	222	34.071.580,77
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	49	3.276.288,34
Total Geral	271	37.347.869,11

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

17.1. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Durante o ano de 2008, a Administração buscou proporcionar a valorização dos recursos humanos, envidando todos os esforços na realização de treinamentos em todos os níveis, conforme demonstrado na tabela adiante:

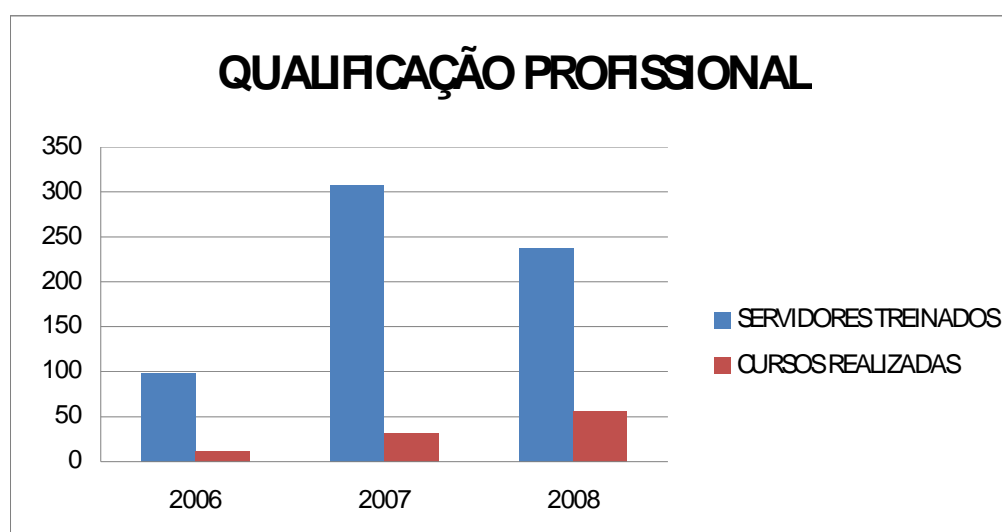
Nº	Descrição	Local	Qtd Servidores
1	Treinamento no SISCART	Natal/RN	15
2	Curso de Adaptação à Caatinga	Lajes/RN	22
3	II Curso de Instrutores de Direção Operacional	Brasília/DF	2
4	III Curso de Combate em Área Restrita	Brasília/DF	6
5	Treinamento ministrado por Instrutores do CCOT/DIREX na ANP	Brasília/DF	2
6	Curso de Ferramentas de Análise I2 para usuário de NIPs e SIPs.	Brasília/DF	2
7	Curso de Reciclagem em Metodologias de Ensino e Curso de Ferramentas I2	Brasília/DF	1
8	X Curso Básico de Convivência em Ambiente de Selva	Manaus/AM	1
9	Curso de Ferramentas de Análise I2 (instrutor)	Recife/PE	1
10	Curso sobre Técnicas de Investigação na Área de Crimes Cibernéticos Via Rede Mundial de Computadores	Brasília/DF	2
11	Curso de Análise e Exploração de Documentos Previdenciários	Brasília/DF	2
12	Treinamento para conhecimento das Ferramentas de Análise I2.	Recife/PE	4
13	Fórum Nacional – Competência e Gestão de Resultados	Brasília/DF	3
14	Curso de Ferramenta de Análise I2	Natal/RN	51
15	Simpósio de Licitação e Contratos	Porto Alegre/RS	5
16	Curso de Técnicas Operacionais – Direção Operacional – Off Road	Foz do Iguaçu/PR	2
17	Professor nos módulos do estágio básico em ambiente de selva.	Manaus/AM	1
18	V Semana de Administração Orçamentária	Fortaleza/CE	2
19	Curso de Equipamentos Discretos	Recife/PE	2
20	Curso de Licitações, Contratos e Formação de Pregoeiros – (EXÉRCITO BRASILEIRO)	Natal/RN	3
21	Curso de Atualização em Procedimentos Disciplinares – ANP	Brasília/DF	3

Nº	Descrição	Local	Qtd Servidores
22	Curso "Programa de Manuseio, Uso e Manutenção da Pistola Operacional"	Brasília/DF	1
23	Direção Operacional – Off Road"	Recife/PE	2
24	Curso Sub-Regional de Segurança Portuária para os Países da Área Andina	Fortaleza/CE	1
25	Oficina sobre Pornografia Infanto-Juvenil na Internet	Brasília/DF	1
26	Curso de Administração de Frota Veicular no Serviço Público – (CAPACITAR/RJ)	Rio de Janeiro/RJ	2
27	Seminário sobre "a nova regulamentação da terceirização de serviços na Administração Pública"	Curitiba/PR	1
28	Treinamento Novo SISCART	Brasília/DF	6
29	II Curso de Inteligência Financeira	Belo Horizonte/MG	1
30	XI Curso Básico de Convivência em Ambiente de Selva	Manaus/AM	1
31	II Seminário de Química	São Paulo/SP	2
32	Conferência "Ameaças Financeiras"	Rio de Janeiro/RJ	1
33	Curso de Análise de Inteligência Policial para os NIPs – Região Nordeste	Brasília/DF	2
34	IV Seminário de Perícias de Crimes Ambientais	Brasília/DF	1
35	Treinamento para utilização do sistema SISGER	Florianópolis/SC	1
36	Nova Regulamentação dos Serviços Terceirização	Brasília/DF	2
37	Fonética Forense	Campos do Jordão/SP	1
38	Treinamento sobre Crimes contra Crianças facilitados pela Internet	São Paulo/SP	1
39	V Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos – ICCyber	Rio de Janeiro/RJ	3
40	Treinamento para Chefes do Setor de Logística e Administração – SELOG	Brasília/DF	1
41	I Curso de Polícia Ambiental a ser realizado no CIAPA	Manaus/AM	1
42	Curso de Análise de Inteligência Policial e equipamentos Discretos para NIPs Região NE.	Brasília/DF	3
43	Seminário sobre a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e suas Implicações na Administração Tributária	Natal/RN	6
44	Coleta e Preservação de Amostras de Água e Sedimento	São Paulo/SP	2
45	Treinamento para fiscais de contrato	Natal/RN	6
46	I Seminário Nacional Polícia de Imigração	Brasília/DF	1
47	V SENOSEG (Seminário Norte e Nordeste de Segurança)	Fortaleza/CE	1
48	Manutenção Veicular Básica	Natal/RN	9

Nº	Descrição	Local	Qtd Servidores
49	I Seminário sobre migração irregular e tráfico de pessoas	Brasília/DF	2
50	Treinamento com pistola GLOCK	Natal/RN	16
51	Seminário Sobre Contratação direta	São Paulo/SP	3
52	I Encontro Nacional de Química Forense	São Paulo/SP	1
53	Especialização em Direito Penal	Natal/RN	10
54	Especialização em Redes	Natal/RN	2
55	Certificação em Informática para Usuários	Natal/RN	1
56	Atualização do SIASG pelos fiscais dos contratos	Natal/RN	25
TOTAL DE SERVIDORES			237

No comparativo anual dos treinamentos realizados, conforme mostrado abaixo, nota-se o significativo aumento de atividades de capacitação nos dois últimos anos, evidenciando o esforço da Administração na valorização e qualificação profissional dos seus recursos humanos.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	QUANTIDADE		
	2006	2007	2008
Servidores Treinados	98	307	237
Cursos Realizados	11	32	56



Em reforço à informação anterior, cumpre registrar a realização de outras atividades de treinamento, que contaram com a presença da grande maioria dos servidores da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN, conforme relacionado a seguir:

Descrição	Local
Treinamento de Uso e Manutenção da Pistola GLOCK – (SAT/SR/DPF/RN)	Natal/RN
Palestra "Danos morais", Dr. Xisto Tiago de Medeiros Neto, mestre em Direito Público e Especialista em Direito do Trabalho e em Direito e Cidadania, além de Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho e professor da UFRN	Natal/RN
Treinamento sobre o Sistema de Acompanhamento de Processos - SIAPRO	Natal/RN
Projeto ANP Saúde e Capacitação para o DPF e VII Curso de Defesa Pessoal Policial	Natal/RN
Informática como Suporte a Gestão Pública - Casos de Sucesso: O Sistema de Protocolo da Receita Federal do Brasil e O Sistema Informatizado de Gestão da UFRN	Natal/RN
Palestra sobre a implantação da Coleta Seletiva na SR/DPF/RN	Natal/RN
Curso básico sobre Inquérito Policial	Natal/RN

17.2. DEFICIÊNCIA DE PESSOAL

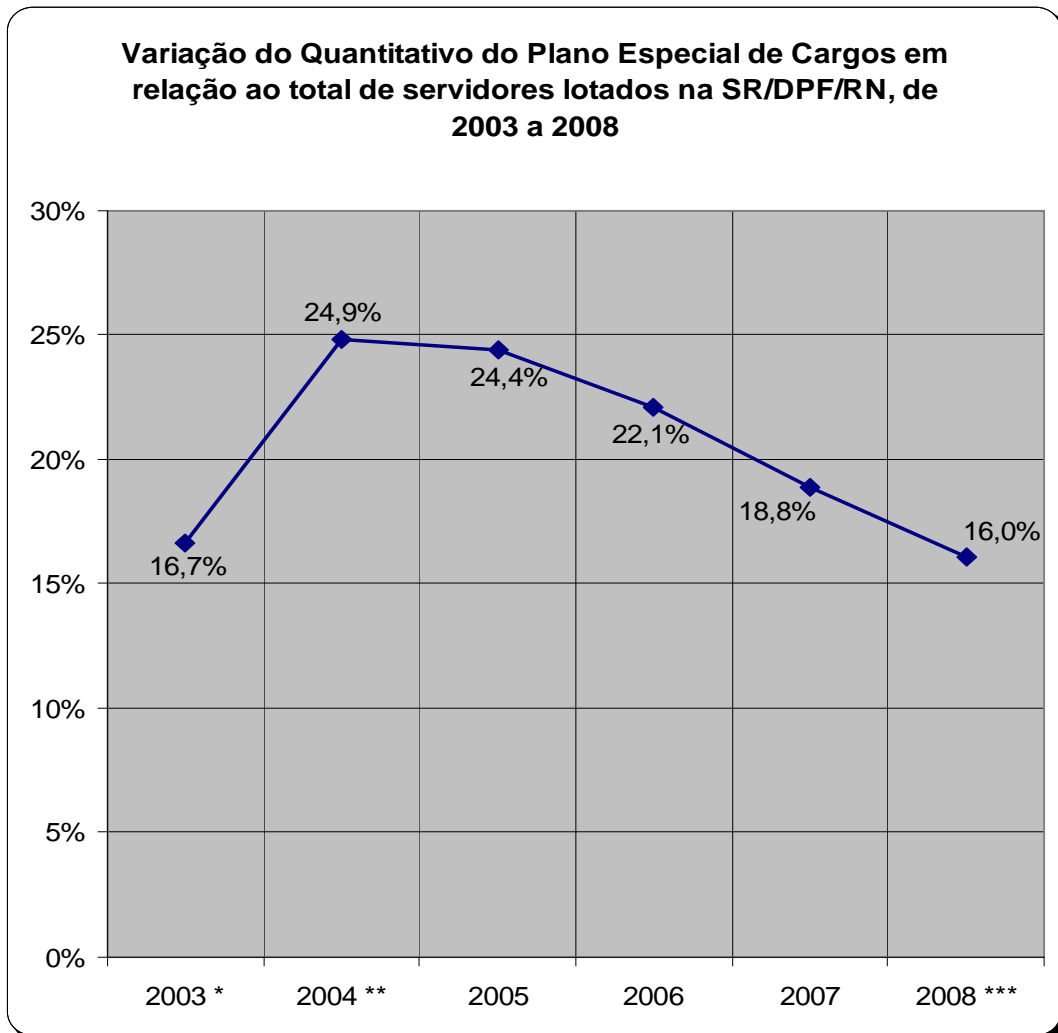
A força de trabalho da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, somando-se o efetivo da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN, é composta atualmente de 275 (duzentos e setenta e cinco) servidores, sendo que destes, 39 (trinta e nove) são Servidores do Plano Especial de Cargos – PEC e os 236 (duzentos e trinta e seis) restantes são servidores policiais.

Registre-se que do total de servidores informado, 221 (duzentos e vinte e um) servidores encontram-se realizando suas atividades na área-fim (atividade policial propriamente dita), 50 (cinquenta) servidores, entre policiais e administrativos, estão trabalhando na área-meio (atividades administrativas) e outros 04 (quatro), sendo 3 policiais e 1 administrativo estão cedidos para outros órgãos públicos.

Apesar do quadro de servidores ativos ter sido incrementado com pequenos acréscimos (261 servidores em 2006, 257 em 2007, até atingir o número de 275 em 2008), conforme se verifica da tabela constante do item 16, não se conseguiu suprir lacunas decorrentes das demandas de serviço, estas em constante crescimento. Tal aumento não corresponde à variação de quantitativo de Servidores do Plano Especial de Cargos – PEC.

Necessário, ainda, registrar que em termos de percentual de servidores do PEC em relação ao número total de servidores vinculados a esta SR/DPF/RN, tal percentual vem

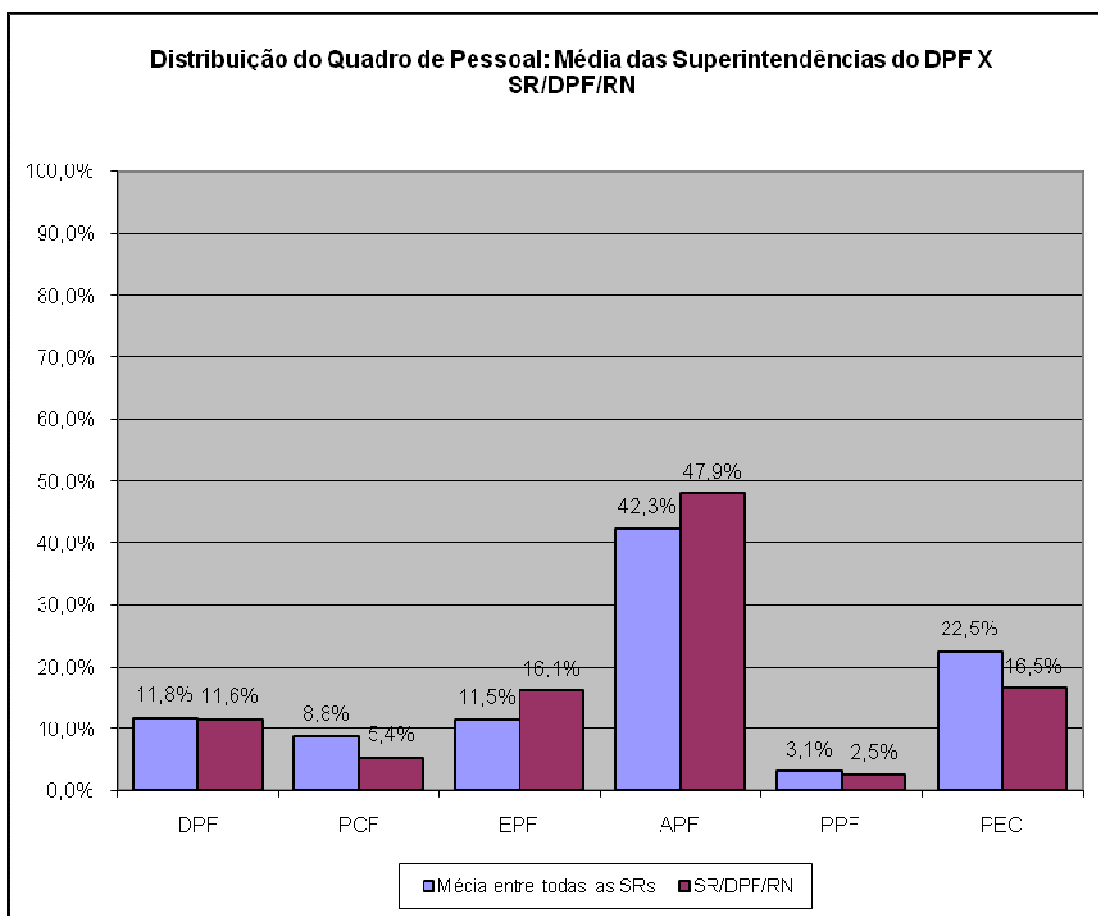
declinando consideravelmente ao longo dos últimos quatro (04) anos, conforme demonstra o gráfico abaixo. Depreende-se de tal constatação que apesar do crescente aumento da demanda de trabalho, o número de servidores administrativos sofreu um decréscimo.



* Criação do Plano Especial de Cargos do DPF

** Concurso para admissão de servidores do PEC/DPF

*** Até junho de 2008



As deficiências de pessoal foram amenizadas com a colaboração dos órgãos centrais e de outras Superintendências Regionais, bem como de outros órgãos federais com sede no Rio Grande do Norte.

17.3. PARCERIAS / CONVÊNIOS

Trata o presente item das parcerias, formais ou informais, firmadas entre a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte – SR/DPF/RN e outros órgãos ou instituições, ações estas que deram respaldo a uma maior cooperação, com vistas a uma atuação sistêmica, coordenada e, sobretudo, mais eficiente e eficaz.

Foram firmados acordos de cooperação técnica entre esta SR/DPF/RN e os órgãos / instituições abaixo relacionados, tendo por objeto a cooperação mútua entre os partícipes no intercâmbio eletrônico de informações para a utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil:

- a) Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Norte – JF/RN;
- b) Ministério Público Federal neste Estado – MPF/RN.

A partir de tais acordos, esta SR/DPF/RN realizou cursos e capacitou servidores, conforme tabela abaixo:

ÓRGÃO / INSTITUIÇÃO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
Justiça Federal	28
Ministério Público Federal	18
TOTAL	46

Em decorrência destas ações, iniciaram-se, no ano de 2008, tratativas para que acordos similares fossem firmados também com o Tribunal de Justiça – TJ/RN e com o Ministério Público Estadual – MP/RN, sendo que com o último, já foi firmado o termo respectivo em 01/04/2009.

Também foram firmados, pela SR/DPF/RN, acordos de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União – TCU e com a Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte – PU/RN, com a finalidade de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

Com o Banco do Brasil – BB, firmou-se acordo de cooperação mútua que disponibilizou à SR/DPF/RN o aplicativo “Repasse de Recursos de Projeto de Governo – RPG”, em ambiente web, para acessar saldos e extratos das contas específicas destinatárias de repasses financeiros da União a este Estado, seus municípios e outras entidades públicas localizadas no Rio Grande do Norte.

Foi firmado, ainda, Convênio entre o Comando do 3º Distrito Naval (Marinha do Brasil) e as Superintendências Regionais da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, com a finalidade de operacionalizar as ações de cooperação a serem desenvolvidas entre a Marinha e a Polícia Federal na prevenção e repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Com a Prefeitura Municipal de Natal/RN firmou-se convênio para a operacionalização da concessão de porte de arma de fogo para o integrante da Guarda Municipal, em conformidade com os dispositivos legais contidos no artigo 6º, III, IV e § 6º, da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) c/c art. 40 e seguintes do Decreto nº 5.123/2004.

Por fim, houve no ano de 2008 a identificação da existência de um SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, após as tratativas iniciadas pela administração regional, tal sistema será implementado na SR/DPF/RN (como piloto) e posteriormente em todas as unidades do Departamento de Polícia Federal. Partindo desta ação inicial, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica para implantação de sistemas informatizados de gestão de informações administrativas e de recursos humanos no DPF, bem como a gerência de seus dados, através

de sistemas desenvolvidos pela UFRN e mantidos, após implantação, pelo DPF, mediante assessoria técnica prestada pela UFRN. A cooperação contempla também a capacitação e transferência de tecnologia da UFRN para o DPF e as integrações da ferramenta a sistemas do governo federal como o SIAFI, SIAPE, SIASG e outros de interesse mútuo entre os partícipes.

A SR/DPF/RN desenvolveu e incrementou parcerias com diversos órgãos ou instituições, sempre buscando a melhoria no desempenho de suas atividades. Tais ações ocorreram em relação aos mais diversos tipos de atividades: administrativas, policiais, de inteligência etc. Foram parceiros da SR/DPF/RN a Polícia Rodoviária Federal, AGU, CGU, Receita Federal, Marinha do Brasil, Aeronáutica, por meio da Base Aérea de Natal - BANT, Exército, IBAMA, Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte, Tribunal de Contas da União/RN, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Justiça Federal/RN, Justiça Estadual/RN, Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, Prefeitura Municipal de Natal/RN, entre outros.

A título de exemplo cite-se a cessão de três (03) servidores para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte – SESED/RN, a saber: um (01) Delegado de Polícia Federal, titular da pasta, no cargo de Secretário Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dois (02) Agentes de Polícia Federal, os quais compõem a equipe administrativa e de inteligência daquela pasta.

17.4. DIREITO DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Como forma de garantia da publicidade e transparência dos trabalhos da SR/RN e como forma de colaborar na conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública, em 2008, foram enviadas e publicadas 68 (sessenta e oito) notas à imprensa.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)